



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA PARA O
DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CURSO DE MESTRADO**

Janete Arruda Araújo

**Municípios Saudáveis e Empoderamento: um estudo de caso em São Joaquim do
Monte/PE, no período de 2009 a 2012.**

Recife, 2013.

Janete Arruda Araújo

Municípios Saudáveis e Empoderamento: um estudo de caso em São Joaquim do Monte/PE, no período de 2009 a 2012.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, Curso de Mestrado, da Universidade Federal de Pernambuco, em junho de 2013, como requisito à obtenção do grau de Mestre em Gestão Pública, sob a orientação da Professora Doutora Emanuela Sousa Ribeiro.

Recife, 2013.

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

A663m	<p>Araújo, Janete Arruda Municípios saudáveis e empoderamento: um estudo de caso em São Joaquim do Monte/PE, no período de 2009 a 2012 / Janete Arruda Araújo. - Recife : O Autor, 2013. 94 folhas : il. 30 cm.</p> <p>Orientador: Profa. Dra. Emanuela Sousa Ribeiro. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Gestão Pública, 2013. Inclui bibliografia, apêndices.</p> <p>1. Política de saúde. 2. Promoção da saúde. 3. Poder(ciências sociais) - Brasil. 4. Participação social. I. Ribeiro, Emanuela Sousa (Orientador). II. Título.</p> <p>351 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2013 – 091)</p>
-------	--

Dissertação de Mestrado apresentada por Janete Arruda Araújo ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, da Universidade Federal de Pernambuco, sob o título: **Municípios Saudáveis e Empoderamento: um estudo de caso em São Joaquim do Monte/PE, no período de 2009 a 2012**, orientada pela Professora Doutora Emanuela Sousa Ribeiro e aprovada pela Banca Examinadora formada pelos professores (as) doutores (as):

Recife, 18 de junho de 2013.

Emanuela de Sousa Ribeiro
Presidente

Ronice Maria Pereira Franco de Sá
Examinador Externo

Sylvana Maria Brandão de Aguiar
Examinador Interno

Alexandrina Saldanha Sobreira de Moura
Coordenadora Acadêmica

Dedico este trabalho a todos os Promotores de Municípios Saudáveis, em particular, ao grupo de Barra do Riachão.

AGRADECIMENTOS

O resultado de nosso estudo foi possível pela cooperação e pelo esforço de outros antes de nós. Este trabalho tem um pouco de muitos, dos autores que li, dos professores do mestrado, da cumplicidade dos colegas com quem trocamos ideias e infinitas discussões em sala de aula.

Algumas pessoas foram particularmente importantes nessa jornada, **a Prof^a. Emanuela Ribeiro, Prof^a. Ronice Franco de Sá, Prof^a. Valdilene Schamler e Prof^a. Sylvana Brandão.**

A doce **Juliana Andrade** pela presença e disponibilidade.

A **Maria do Carmo e Socorro Freire** pelo otimismo e por todos os livros.

A **Joaquim** pela escuta atenta e cuidadosa e pelas preciosas intervenções.

Rafaella e Breno pelo apoio, atenção e disponibilidade sempre.

A minha **mãe e Simone** pelo carinho.

Aos **colegas** do Núcleo de Saúde Pública e Desenvolvimento Social.

A **Leandro Castro** pelo apoio com as imagens.

A todas as pessoas que se fizeram presentes, que acreditaram que foram solidárias e que torceram por mim.

A Universidade Federal de Pernambuco, representada pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida agradeço pelo estímulo a qualificação.

RESUMO

Este estudo aborda o tema empoderamento que entra em cena para análise das políticas públicas no Brasil, a partir dos anos 2000. Busca identificar se houve empoderamento comunitário no distrito de Barra do Riachão, localidade rural do município de São Joaquim do Monte, Pernambuco, relacionando esse empoderamento com o projeto Municípios Saudáveis no Nordeste do Brasil (PMSNB), desenvolvido no período de 2003-2008. Consideradas estratégicas em Promoção da Saúde, as iniciativas de Municípios Saudáveis vêm sendo promovidas pela Organização Mundial da Saúde, desde a década de 80, tendo início no País em 1990, na cidade de São Paulo. Visa incentivar a formulação de políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida, com ênfase na intersectorialidade e na participação social. O estudo abrange o período pós-projeto, entre 2009 e 2012. Na perspectiva do desenvolvimento social (FRANCO DE SÁ et al, 2006), procuramos examinar qual a capacidade dessa comunidade de atuar, refletir, decidir, avaliar e modificar suas vidas. Nesta abordagem, entendemos o empoderamento numa visão emancipatória, como expansão de capacidades (SEN, 2000). No desenvolvimento da pesquisa utilizamos estratégia metodológica qualitativa, tomando como fontes de pesquisa a entrevista semiestruturada e a análise documental (publicações oficiais do PMSNB e os registros de monitoramento). Foram realizadas doze entrevistas, subdivididas em quatro categorias de informantes chave: promotores de municípios saudáveis (PMS), artesãs, gestores e munícipes, que atenderam a critérios de seleção pré-estabelecidos. Na sistematização e interpretação dos dados, utilizamos a técnica de análise de conteúdo do tipo temática (BARDIN, 2010). Os resultados permitiram categorizar o empoderamento em três dimensões, de acordo com OACLEY e CLAYTON (2003) e ROMANO e ANTUNES, (2002): *Empoderamento pessoal* – mediante o conteúdo das entrevistas, podemos afirmar que houve um aumento na autonomia, autoestima, autoconfiança e na procura por cursos técnicos e universitários para o desenvolvimento de capacidades individuais e qualificação profissional, especialmente pelos jovens da localidade. *Empoderamento entre os pares* – identificamos na comunidade maior interação entre os comunitários no que concerne à organização e mobilização popular. *Empoderamento comunitário* – embora tenham sido realizadas ações coletivas, a pesquisa indicou que a localidade ainda apresenta fragilidades relativas à *ação comunitária organizada*, uma vez que o distrito se mostrou uma organização comunitária bastante incipiente, com pouca capacidade de preservar sua autonomia frente aos poderes estabelecidos. Nesse sentido, percebemos que o empoderamento é processual, com avanços e retrocessos. Verificamos, também, que os avanços na comunidade não se ampliaram como esperado, entre outros fatores, em virtude do limitado apoio institucional da gestão municipal às iniciativas locais. Considerando a sustentabilidade do processo de empoderamento sugerimos: a) a UFPE/NUSP e o governo do Estado que renovem com a atual gestão municipal os princípios de Municípios Saudáveis; b) A UFPE/NUSP ofertar o curso de PMS às artesãs e demais interessados a fim de fortalecer e ampliar a equipe; c) aos PMS e as artesãs recomendamos que se mantenham articulados junto à Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis e participando dos conselhos municipais, fortalecendo suas capacidades, instituindo novas relações de cooperação e o controle social.

PALAVRAS-CHAVE: Municípios Saudáveis, Promoção da Saúde, Empoderamento, Participação Social.

ABSTRACT

This study addresses the issue of empowerment that comes into play for the analysis of public policies in Brazil in the 2000s. It seeks to identify whether there was community empowerment in the district of Barra do Riachão, rural area of São Joaquim do Monte, state of Pernambuco, relating this empowerment with the Healthy Municipalities Project in Northeast Brazil (HMPNB), carried out between 2003 and 2008. Considered strategic in Health Promotion, Healthy Municipalities initiatives have been promoted by the World Health Organization since the 80's, and in Brazil, since 1990 in the city of São Paulo. It aims to encourage the formulation of public policies aimed at improving quality of life, with emphasis on intersectoriality and social participation. This study covers the period post-project, between 2009 and 2012. From the perspective of social development (FRANCO DE SÁ et al, 2006), we sought to examine the community ability to act, think, decide, evaluate, and change their lives. With this approach we understand empowerment in an emancipatory view, as an expansion of capabilities (SEN, 2000). Along the study we used the qualitative methodological strategy, taking as research sources semi structured interviews, the HMPNB monitoring records, and document analysis (official HMPNB publications). Twelve interviews were conducted, divided into four categories of key informants: healthy municipality promoters, craftswomen, city managers, and citizens. All of them had met pre-established selection criteria. Data systematization and interpretation were made with a thematic-type content analysis technic (BARDIN, 2010). The results allowed empowerment categorization in three dimensions, according to OACLEY and CLAYTON (2003) and ROMANO and ANTUNES (2002): *Personal Empowerment* - through the interviews, we can say that there was an increase in autonomy, self-esteem, self-confidence, and a demand for technical and university courses for the development of individual skills and professional qualifications especially by the local youth. *Empowerment among peers* - we identified a greater interaction among the community dwellers regarding organization and mobilization. *Community empowerment* - although group actions have been carried out, the research indicated that the community still presents weaknesses in *organized community action*, since the municipality showed to be a fairly incipient community organization, with little ability to preserve their autonomy before the established powers. In this respect, we realized that empowerment is procedural, with advances and setbacks. We also verified that the community advancements have not expanded as expected, among other factors, due to limited institutional support from the city administration to the local initiatives. Considering the sustainability of the empowerment process, we suggest the following: a) that UFPE/NUSP and the state government renew the Healthy Municipalities Principles; b) that UFPE/NUSP offer HMP to craftswomen and others in order to expand and strengthen the team; c) that HMPs and the craftswomen keep themselves linked to RHMP and participate in the municipal boards, strengthening their capabilities, starting new cooperative relations and social control.

KEY-WORDS: Healthy Municipalities, Health Promotion, Empowerment, Social Participation.

SIGLAS UTILIZADAS E ABREVIATURAS

CEDAPS	Rede de Comunidades Saudáveis
CEPEDOC	Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação em Cidades Saudáveis
COMPESA	Companhia Pernambucana de Saneamento
CPRM	Serviço Geológico do Brasil
ENEN	Exame Nacional de Ensino Médio
FENEARTE	Feira Nacional de Negócios do Artesanato
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GM	Gabinete do Ministro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento Educacional Brasileiro
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPA	Instituto Agrônômico de Pernambuco
JICA	Agência de Cooperação Internacional do Japão
LTM	Laboratório Territorial de Manguinhos
MS	Ministério da Saúde
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MEC	Ministério da Educação e da Cultura
MSNB	Municípios Saudáveis no Nordeste do Brasil
NUSP	Núcleo de Saúde Pública e Desenvolvimento Social
ONU	Organizações das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização não Governamental
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
OSUBH	Observatório de Saúde Urbana de Belo Horizonte
PAPE	Programa de Associativismo para Pesquisa, Ensino e Extensão
PAVS	Projeto Ambientes Verdes e Saudáveis
PMSNB	Projeto Municípios Saudáveis no Nordeste do Brasil
PMS	Promotor de Municípios Saudáveis
PNPS	Política Nacional de Promoção da Saúde
PROEXT	Pró-Reitoria de Extensão
PROUNI	Programa Universidade para Todos

RAHS	Rede Amazônica de Habitação Saudável
RASC	Rede de Ambientes Saudáveis de Curitiba
RBHS	Rede Brasileira de Habitação Saudável
RMPS	Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis
RCS	Rede de Comunidades Saudáveis
RPMS	Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPLAG	Secretaria de Planejamento e Gestão
SESU	Secretaria de Educação Superior
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNAMA	Universidade da Amazônia
UNICAMP	Universidade de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
WHO	World Health Organization

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Rio Una	44
Figura 2: O ponto da rede	46
Figura 3: Limpeza do rio	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Informação dos sujeitos da pesquisa	48
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	
1 CONCEITUANDO A PROMOÇÃO DA SAÚDE E MUNICÍPIOS SAUDÁVEIS	17
1.1 O Cenário Brasileiro	19
1.2 A Experiência Brasileira	22
1.3 Participação Social, Empoderamento e Municípios Saudáveis	27
CAPÍTULO 2	
2 METODOLOGIA	35
2.1 Perspectiva do Estudo	35
2.2 Coleta de Dados	38
2.3 Análise dos Dados Coletados	39
CAPÍTULO 3	
3 CONTEXTO DO ESTUDO	43
3.1 Caracterizando o Município de São Joaquim do Monte	43
3.1.2 Barra do Riachão	44
3.2 Conhecendo os sujeitos entrevistados	47
CAPÍTULO 4	
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO	58
4.1 Empoderamento Pessoal	58
4.2 Interação entre os Pares	62
4.3 Empoderamento Comunitário	65
4.4 O papel dos promotores de Municípios Saudáveis e de Promoção da Saúde	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	78
APÊNDICES	87

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é identificar, se ocorreu, o empoderamento comunitário no distrito de Barra do Riachão, localidade rural do município de São Joaquim do Monte, Estado de Pernambuco. No período de 2009 a 2012 quando o projeto Municípios Saudáveis no Nordeste do Brasil (PMSNB), já havia encerrado suas atividades.

O termo "Municípios Saudáveis" refere-se a uma proposta de gestão participativa, com foco na formulação de políticas públicas saudáveis¹ que advoga a superação de práticas de gestão pública patrimonialistas, clientelistas e paternalistas. Busca contemplar a complexidade das questões de saúde, educação, cultura, trabalho e renda que envolve a vida das pessoas a partir delas mesmas, adotando os princípios da intersetorialidade, da integração das esferas públicas com as organizações da sociedade civil, da união de esforços entre a gestão pública, as organizações públicas e privadas e a população em geral, com vistas ao desenvolvimento social (MENDES, 2000).

Esse tema é recente em todo o mundo. Baseia-se em um movimento internacional denominado de Cidades Saudáveis, que foi criado no Canadá, em 1986, durante a I Conferência Internacional de Promoção da Saúde, com o apoio da Organização Mundial de Saúde, a qual teve por objetivo a concepção de políticas públicas com ênfase na intersetorialidade e na participação social, em um esforço que envolve a gestão municipal, a sociedade e organizações públicas e privadas no desafio de responder às questões sociais, em suas diferentes dimensões (BUSS e CARVALHO, 2009).

Destacamos que o Movimento Municípios Saudáveis é uma estratégia de desenvolvimento social definido pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) como “uma forma de promover saúde, junto às pessoas e às comunidades, nos espaços onde as pessoas estudam, trabalham, se divertem, amam e vivem” (OPAS, 2002, p. 31). Medeiros (2008) amplia essa acepção, apresentando o município como um espaço privilegiado de ação que pode permitir o desenvolvimento de ações inovadoras, com a inclusão de atores sociais na formulação, na implementação e no controle das políticas públicas.

Cidades Saudáveis e/ou Municípios Saudáveis é uma temática que vem sendo debatida desde os anos de 1980, particularmente no Canadá e na Europa. Leonard Duhl (apud

¹ Uma política pública saudável caracteriza-se por uma preocupação com saúde e equidade e implica atos e ações dos governantes e daqueles que detêm o poder político, orientados à solução das questões que envolvem o bem-estar, a qualidade de vida e a saúde da população (OPAS, 2002). Este tema será retomado no capítulo 1.

MENDES, 2000, p. 19), comprometido com o movimento de Cidades Saudáveis, fez algumas proposições conceituais:

A primeira exigência é que a cidade dê respostas efetivas para as necessidades de desenvolvimento, para as organizações e as pessoas; a segunda é que a cidade tenha capacidade para lidar com as crises do sistema e dos seus membros; a terceira é que a cidade tenha habilidade para modificar-se e atender as exigências emergentes; o quarto requisito é que a cidade deve capacitar sua população para usufruir de suas vantagens para seu bem-estar, o que não pode ser realizado sem que seja considerada a educação envolvida no processo.

É importante destacar que o autor/propositor sublinha, assim, a valorização do poder local, incentivando o envolvimento da população nas questões relacionadas à qualidade de vida, às políticas públicas, à definição de investimentos dos recursos públicos, por meio da participação e da cooperação. Ao mesmo tempo, o município se constitui subjetivamente em um espaço simbólico de cultura, de identidade e das relações entre as pessoas (MENDES, 2000).

Na América Latina, o movimento passou a ser chamado de Municípios Saudáveis, uma vez que o termo *cidade* não refletia a diversidade e as características e dinâmicas dos espaços urbanos e não urbanos (RESTREPO, 2001). Note-se, portanto, que a iniciativa objeto do estudo foi inspirada em movimentos internacionais, ocorridos em países industrializados e desenvolvidos; todavia, na América Latina e no Brasil, ele se molda às características políticas, sociais, econômicas e culturais desses países.

No Brasil, o movimento iniciou-se em 1990, direcionado para a Promoção da Saúde e para a melhoria da qualidade de vida. No mesmo período, destaca-se um marco importante para a democracia brasileira: a aprovação da Constituição brasileira de 1988. A Carta ressalta direitos civis, políticos e sociais, como o acesso ao trabalho, à educação e à saúde, e o tema da cidadania que, na década de 1990, foi incorporado aos discursos como símbolo de participação social e de responsabilidade social dos cidadãos, além de incluir referências explícitas aos direitos e deveres das pessoas. Esses deveres envolvem a responsabilização das pessoas em espaços públicos e significa uma reconfiguração no espaço do poder público, representado pela criação de conselhos, fóruns e redes locais de articulação, e pela interação entre a sociedade civil e os representantes do poder público, para a gestão de parte das demandas sociais (GOHN, 2004).

Em Pernambuco, por meio de uma cooperação técnica entre Brasil e Japão, foi desenvolvido o Projeto Municípios Saudáveis no Nordeste do Brasil (PMSNB), no período de 2003-2008, o qual teve por objetivo “melhorar a qualidade de vida da população e estruturar

mecanismos de articulação entre a população e a gestão pública municipal por meio dos valores da Promoção da Saúde” (FRANCO DE SÁ, 2006, p. 37). A iniciativa foi capitaneada pelo Núcleo de Saúde Pública e Desenvolvimento Social (NUSP), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em parceria com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) e com o Governo do Estado de Pernambuco, que se fez representar pela Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG).

São Joaquim do Monte foi um dos municípios onde a experiência foi implementada, e de modo particular, o único que contemplou um espaço rural, o distrito de Barra do Riachão. A nossa escolha por esse objeto justifica-se, tendo em vista as desigualdades em que geralmente vivem as populações do campo na região Nordeste do Brasil, caracterizada por pobreza e dificuldade de acesso a bens, serviços e equipamentos sociais. E nesta direção, Nazareth Wanderley (2009, p. 18) afirma que:

(...) o acesso da população rural a bens e serviços constitui um indicador de participação das pessoas que vivem no campo nos resultados do progresso social atingido pela sociedade brasileira e uma condição de efetividade do princípio constitucional da igualdade de chances a todos os cidadãos.

Este estudo investiga, assim, o tema do empoderamento comunitário que entra em cena para análise das políticas públicas no país, a partir dos anos 2000, e tem por objetivo geral identificar se houve empoderamento comunitário no distrito de Barra do Riachão, localidade rural do município de São Joaquim do Monte, estado de Pernambuco, e relacionar esse empoderamento ao projeto Municípios Saudáveis no Nordeste do Brasil (PMSNB), finalizado em 2008.

E constituiu-se dos seguintes objetivos específicos:

- a) Conhecer o papel dos promotores de municípios saudáveis e de promoção da saúde nos processos organizativos e de mobilização comunitária;
- b) Analisar os avanços percebidos na tomada de decisão e de ações coletivas para melhoria da qualidade de vida da população estudada.

O estudo tratou do período pós-projeto, entre 2009 e 2012.

De acordo com Gohn (2004, p. 23), empoderamento comunitário envolve ações “que tenham a capacidade de gerar processos de desenvolvimento autossustentável, com a mediação de agentes externos, – os novos educadores sociais – atores fundamentais na organização e no desenvolvimento dos projetos”.

Assim, buscamos nesse estudo evidenciar as lições apreendidas pelos Promotores de Municípios Saudáveis e pelas artesãs, a fim de contribuir para ampliar as reflexões sobre

Municípios Saudáveis e, por fim, evidenciar se houve empoderamento comunitário, no distrito de Barra do Riachão, considerando as potencialidades, limites e possibilidades do local.

Diante desses desafios, investigamos nessa pesquisa: Qual a capacidade dessa comunidade de atuar, refletir, decidir, avaliar e modificar suas vidas? Em razão dos aspectos mencionados, elegemos como sujeitos da pesquisa os Promotores de Municípios Saudáveis² e de Promoção da Saúde, as artesãs³, os munícipes e gestores(as), com a finalidade de examinar se, após o encerramento do Projeto (MSNB), houve continuidade de ações participativas e empoderamento comunitário.

Este estudo é de natureza qualitativa, exploratório-descritivo, constitui-se em um estudo de caso, e adotou como questão de pesquisa: *Há evidências de empoderamento comunitário em Barra do Riachão, pós-projeto, Municípios Saudáveis no Nordeste do Brasil?*

A concepção de empoderamento adotada nesta pesquisa é emancipatória e compartilha pelo entendimento de Romano (2002, p. 17), quando assegura que é “um processo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades assumem o controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida e tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, gerir, criar”.

Priorizamos o espaço rural, pois partilhamos do entendimento de Wanderley (2009, p. 217) sobre o rural como “um lugar de vida”, um lugar de resistências, de uma população que precisa manter seu local de trabalho, sua moradia, seu ambiente de convivência, e que se complementam e dão sentido a uma identidade coletiva, que se expressa no pertencimento e na partilha de saberes e valores como solidariedade (WANDERLEY, 2009; SABOURIN, 2009).

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos. Após a introdução, apresentamos o primeiro capítulo, no qual se expõem os conceitos que alicerçam a Promoção da Saúde, o movimento Municípios Saudáveis, as Iniciativas e Redes de Municípios Saudáveis existentes no Brasil, e um dos valores que sustenta o movimento: o empoderamento.

Na sequência, correspondendo ao segundo capítulo, apresentamos a concepção da pesquisa e a metodologia do estudo, descrevemos os procedimentos metodológicos que orientaram a pesquisa. Fazemos referência ao tipo de estudo que desenvolvemos e suas

² Promotor de Município Saudável é uma denominação própria do Projeto que designa o ator social que recebeu capacitação para promover ações saudáveis, intersetoriais e que visem à melhoria da qualidade de vida da população de cada localidade dos municípios-membros, hoje, Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis (RPMS).

³ Artesãs constituem um grupo de mulheres que fazem rede; são donas de casa, agricultoras, aposentadas que se reúnem para produzir artefatos com uma linha de algodão e uma agulha de bambu.

características, identificando o contexto em que ele ocorreu, assim como os sujeitos, os instrumentos e a coleta de dados e os procedimentos utilizados na coleta e análise dos dados.

O terceiro capítulo refere-se à caracterização do município, do distrito e dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

No quarto capítulo, discutimos os resultados coletados e o relacionamos com a revisão da literatura realizada para o estudo e com excertos dos relatórios de monitoramento do Projeto (MSNB) com o intuito de responder à suposição da pesquisa sobre evidências de empoderamento comunitário na localidade. Por último, apresentamos as considerações finais, respondendo à suposição que conduziu a pesquisa.

Este estudo poderá contribuir com a discussão e a reflexão sobre experiências de Municípios/Cidades/Comunidades Saudáveis em andamento no País, e, particularmente, entre os municípios que compõem a RPMS e as instituições envolvidas com essa proposta a Universidade Federal de Pernambuco/NUSP e o Governo do Estado de Pernambuco/Agência Condepe-Fidem.

Capítulo 1

Neste Capítulo, apresentamos o contexto histórico em que surge a promoção da saúde e o movimento por município saudáveis no País, destacando a experiência de Pernambuco e correlacionando com as políticas públicas no macro e micro espaço da gestão pública. Por último, apresentamos o marco teórico que embasou este estudo: a promoção da saúde, Municípios Saudáveis, o empoderamento e participação social.

1. CONCEITUANDO A PROMOÇÃO DA SAÚDE E MUNICÍPIOS SAUDÁVEIS

Neste capítulo apresentamos o cenário em que surge a Promoção da Saúde e o movimento por Municípios Saudáveis, destacando a experiência de Pernambuco e correlacionando-a com as políticas públicas no macro e micro espaço da gestão pública.

A Carta de Ottawa, firmada em novembro de 1986, representa o marco histórico do ideário da Promoção da Saúde, quando se realizou no Canadá a I Conferência Internacional da Promoção da Saúde, organizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Ministério da Saúde daquele país. Essa Carta balizou o desenvolvimento das ideias da Promoção da Saúde no mundo, ao afirmar que as condições e os requisitos para a saúde são a paz, a educação, a moradia, a alimentação, a renda, um ecossistema estável, a justiça social e a equidade (BRASIL, 2002).

A referida Carta definiu ainda a Promoção da Saúde como o “processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle desse processo” (BRASIL, 2002, p. 19). Nessa perspectiva, a “saúde deve ser vista como um recurso à vida e não como objetivo para viver” (BRASIL, 2002, p. 19).

Em decorrência da evolução da concepção da Promoção da Saúde, surge o conceito de Municípios ou Comunidades Saudáveis. Trevor Hancock e Leonard Duhl, em 1984, estabeleceram proposições sobre o papel dos municípios na formulação das políticas públicas em favor da saúde, que foram denominadas de “cidades saudáveis” (FERRAZ, 1999, p. 29).

Conforme essa perspectiva, Município Saudável é aquele em que a gestão trabalha em prol da qualidade de vida da população, instituindo práticas de participação, de democracia, de intersetorialidade, que estimulam e promovem o diálogo entre os gestores e a população para definição das políticas públicas saudáveis e das prioridades elencadas pela população local, na formulação dessas políticas. Mendes (2000) afirma que todas as esferas da gestão devem direcionar as políticas para a saúde como componente fundamental da vida.

A autora assinala, ainda, que a primeira definição para Cidades Saudáveis foi elaborada por Hancock e Duhl, em 1986, e destaca a importância da tomada de decisão pelos gestores, no tocante às políticas públicas que venham interferir nos determinantes sociais de saúde, econômicos e ambientais, utilizando-se de estratégias como planejamento urbano,

empoderamento e participação da população. Hancock e Duhl (2007) conceituaram uma cidade saudável como:

Aquela que está continuamente criando e melhorando os ambientes físicos e sociais, fortalecendo os recursos comunitários que possibilitem as pessoas se apoiarem mutuamente no sentido de desenvolverem seu potencial e melhorarem sua qualidade de vida.

Em 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) sugere a internacionalização do movimento para a América Latina e, a partir disso, as primeiras iniciativas começam a se desenvolver nos primeiros anos dessa década. Ao divulgar esse ideário, a OMS apoiava a articulação e a integração das políticas públicas para o enfrentamento das questões urbanas e rurais, principalmente, no espaço local, que pode ser compreendido como um município, um distrito ou uma comunidade.

Do ponto de vista da abrangência dessa concepção, o setor Saúde reconhece sua limitação face às demandas sociais que determinam a qualidade de vida das pessoas, haja vista que extrapolam a política de saúde. Em outras palavras, a determinação social da saúde é influenciada pelas políticas sociais de renda mínima, de trabalho, de moradia, de educação, de saneamento e por questões políticas, econômicas e socioculturais (FERRAZ, 1999).

Importa dizer, ainda, que essa discussão não é recente, pois, em 1946, o médico e historiador Sigerist já considerava que a saúde se promove quando se facilita um nível de vida decente, boas condições de trabalho, educação, cultura física, descanso e recreação (RESTREPO, 2001, BUSS, 2003). Observamos que, na atualidade, tais questões ainda pautam o debate em diferentes categorias de trabalhadores que, por meio de negociações, greves e passeatas, buscam conquistar melhores condições de trabalho ou ampliá-las.

Ressalte-se que o direito à saúde é uma garantia constitucional brasileira, sendo prevista no Capítulo I, dos Direitos Fundamentais, e no Capítulo II, dos Direitos Sociais, e mais recentemente na Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), aprovada por meio da Portaria MS/GM n.º 687, de 30 de março de 2006, (BRASIL, 2006), na qual se observa:

Para o desenvolvimento da promoção da saúde, é imprescindível intervir em problemas como violência, desemprego, subemprego, falta de saneamento básico, habitação inadequada ou ausente, dificuldade de acesso à educação, fome, urbanização desordenada, má qualidade do ar e da água.

Entretanto, o que se constata é o chamado paradoxo da democracia inercial (BAQUERO, 2007), haja vista que esses direitos são apenas parcialmente atendidos e, mesmo que vivamos em um regime democrático de direito, este é marcado por exclusão social,

desigualdades, má distribuição de renda, restrições de oportunidades e direitos, constrangimento e liberdade dos cidadãos.

Como estratégia para a difusão de Municípios Saudáveis na América Latina, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) promoveu, em 1992, na cidade de Bogotá, Colômbia, uma conferência de promoção da saúde, da qual participaram vinte e um países, e cujo objetivo foi estabelecer princípios e estratégias para a elevação da qualidade de vida da população da região. Como resultado desse evento, foi publicado um documento intitulado Declaração de Santa Fé de Bogotá (BRASIL, 2002, p. 45), que assinala:

[...] a promoção de saúde na América Latina busca a criação de condições que garantam o bem-estar geral como propósito fundamental do desenvolvimento, assumindo a relação mútua de determinação entre saúde e desenvolvimento.

De acordo com a OPAS (1996, p. 6), Município Saudável é aquele:

Em que as autoridades políticas e civis, as instituições e organizações públicas e privadas, os proprietários, empresários, trabalhadores e a sociedade dedicam esforços para melhorar as condições de vida, trabalho e cultura da população; estabelecem uma relação harmoniosa com o meio ambiente físico e natural e expandem os recursos comunitários para melhorar a convivência, desenvolver a solidariedade, a cogestão e a democracia.

Nesse sentido, a adoção de um modelo de gestão norteado pelos princípios da intersetorialidade e da participação social constitui-se em uma opção política que implica envolver a população, os gestores, e as organizações governamentais e privadas em questões relacionadas à proposição e à construção de políticas públicas, pois, como bem afirma Demo (2002, p. 9), “a qualidade política somente tem o que é criado pelo homem, na sua história e em sua cultura”.

1.1 O Cenário brasileiro

No Brasil, o movimento de municípios e cidades saudáveis, volta-se para a promoção da saúde e para a melhoria da qualidade de vida e vem desenvolvendo-se em diferentes campos de ação.

A primeira experiência começou a ter visibilidade em 1991, na cidade de São Paulo, apoiada por um convênio de cooperação técnica com o Canadá. Entretanto, não foi adiante em razão de mudanças administrativas (MENDES, 2000). Sobre isto, Ferraz (1999, p.86) assinala

que fragilidades institucionais podem dificultar o desenvolvimento e a continuidade de iniciativas de Municípios Saudáveis:

A herança de uma cultura política de ação setorial dificulta o diálogo entre mudanças da lógica de administrar e a instabilidade política decorrente da falta de maturidade política para o exercício da democracia.

Isso nos leva a refletir sobre as fragilidades de nossa democracia participativa e sobre o desafio de gerar na sociedade instituições e mecanismos de regulação que lhe permitam transformar-se e se reconstruir de acordo com os seus desejos e necessidades (DOWBOR, 1998).

Embora a primeira experiência da cidade de São Paulo tenha sido interrompida, a estratégia frutificou em outros municípios e vem sendo ampliada no país. Atualmente o Movimento Municípios Saudáveis envolve um total de 176 municípios que fazem parte de 21 redes e ou iniciativas de Municípios/Cidades/Comunidades Saudáveis e Sustentáveis, distribuídas nas cinco macrorregiões brasileiras, especificamente no Distrito Federal e em mais 19 estados brasileiros: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins (FRANCO NETTO et al, 2012).

Importa dizer que as Redes e iniciativas arroladas⁴ propõem um movimento em direção a mudanças, o que corrobora o pensamento de Melo (2008, p. 13):

Existe um consenso de que a estratégia de municípios saudáveis é uma política pública com grande capacidade de enfrentar coletivamente problemas e desafios das cidades, sustentando-se em valores como a democracia, equidade, solidariedade, autonomia, justiça social e respeito às diversidades.

Dentre as Redes e Iniciativas relacionadas, destaca-se a Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis/RMPS, criada em 2003, que atua em cinco estados — São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Amazonas e Paraná — e é apoiada pela Universidade Estadual de Campinas, São Paulo (UNICAMP). Entre seus objetivos, salienta-se a colaboração na construção das políticas públicas saudáveis de forma participativa e articulada por meio dos diferentes representantes. Destacamos que essa Rede apresenta características análogas à Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis, como: a construção de políticas públicas

⁴ Relação das Redes e Iniciativas de Municípios/Cidades/Comunidades Saudáveis e Sustentáveis no Apêndice C.

saudáveis, o fortalecimento de diferentes atores na perspectiva da participação transformadora, colaboração na construção de estratégias que valorizem os desejos e as potencialidades das pessoas.

Observa-se a expansão desse movimento em todas as regiões do País, bem como o leque de instituições envolvidas. Ressalte-se, também, o esforço do Ministério da Saúde pela articulação dessas redes e iniciativas com a criação do Fórum Brasileiro de Redes (PNPS2), que visa potencializar as ações e disseminá-las mais facilmente pelo território nacional.

Nesta direção, o Ministério da Saúde aprovou a Portaria n.º 687, de 30 de março de 2006, que instituiu a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), na qual estabelece que a Promoção deve ser entendida em um sentido mais amplo, não apenas como combate às doenças e delineamento de políticas para dentro do setor Saúde. Assim, a Promoção da Saúde deve ser um mecanismo de fortalecimento e implantação de uma política transversal, integrada e intersetorial, que componha redes de compromisso e corresponsabilidade quanto à qualidade de vida e à saúde da população em que todos participem na proteção e no cuidado com a vida (BRASIL, 2006).

De acordo com Mendes (2000, p. 4), “as redes têm por objetivo tanto o fortalecimento e a difusão do movimento, como a aprendizagem conjunta que permite ações mais efetivas, promove ainda o intercâmbio de experiências, informação, apoio técnico, operativo e solidário”. Já as Iniciativas de Promoção da Saúde, de acordo com a OMS, são os programas, as políticas e as atividades planejadas e executadas pelos seguintes princípios: empoderamento, intersetorialidade, concepção holística, democracia, participação social, equidade, ações multiestratégicas e sustentabilidade. (WHO, 1998 apud DUARTE, 2006, p. 35).

O que se observa no País é que as universidades e o setor Saúde têm sido importantes articuladores das iniciativas de Municípios Saudáveis e, portanto, responsáveis pela disseminação do ideário. As universidades apoiam tecnicamente municípios e comunidades a ingressarem no movimento, por meio do desenvolvimento de capacidades, com a elaboração e apoio a projetos, constituindo-se, também, em campo de conformação entre o conhecimento teórico e a prática para os estudantes. Além disso, a presença da universidade favorece a confiança dos gestores, em virtude de não estarem vinculadas a partidos políticos (FRANCO DE SÁ et al, 2006).

É importante contextualizar que o setor Saúde protagonizou o movimento sanitário no País e está entre os movimentos mais articulados da democratização da sociedade brasileira e da saúde como direito de cidadania. (MENDES, 2000, p. 73). Nesse sentido, a estratégia de

Municípios Saudáveis estabeleceu-se como um dos principais movimentos de saúde pública e faz parte de um conjunto de políticas urbanas difundidas e implantadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) (DUARTE, 2006).

Vemos, portanto, que desenvolver uma gestão orientada pelos valores e princípios de Município Saudável implica o compromisso político do gestor, que irá se expressar em políticas que o reconheçam, o assumam e o viabilizem. Por outro lado, a estratégia de envolver a população nesse projeto pode criar e ou viabilizar espaços de expressão da vontade popular de modo a evitar a descontinuidade política e, por conseguinte, não ficar vinculada à vontade política do prefeito (ALMEIDA, 1997).

1.2 A experiência em Pernambuco

Em Pernambuco, a experiência foi capitaneada pelo Projeto Municípios Saudáveis no Nordeste do Brasil, o qual “teve como objetivo estimular o desenvolvimento social baseado nos princípios da Promoção da Saúde, do Desenvolvimento Local, e do movimento internacional Cidades Saudáveis” (FRANCO DE SÁ et al. 2006, p. 25). Esse projeto contemplou as dimensões políticas, econômicas, socioculturais e ambientais do território, abrangendo, assim, “à luz da visão mais fundamental de desenvolvimento como liberdade” (SEN, 2000, p.25), o usufruto das liberdades substantivas nomeadas por Sen (2000): liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Este conjunto, quando articulado, contribui para o desenvolvimento humano. Neste sentido, o “desenvolvimento como liberdade”, entendido por Sen (2000), compreende a possibilidade e/ou a ampliação das capacidades individuais e coletivas das pessoas realizarem escolhas.

Em 1999, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), por meio do Núcleo de Saúde Pública e Desenvolvimento Social (NUSP), submeteu um projeto à Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), a fim de desenvolver uma intervenção de educação popular no Nordeste do Brasil. O projeto foi reformulado e aprovado no início de 2003 com uma nova concepção: o marco conceitual de Municípios Saudáveis, ação intersetorial e participação dos cidadãos (FRANCO DE SÁ et al 2006, p. 31), tendo a JICA solicitado a parceria do Governo do Estado de Pernambuco, que se fez representar pela Secretaria de Planejamento, através da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe-Fidem).

O referido Projeto estendeu-se por cinco anos (2003-2008) e teve como objetivo geral, “melhorar a qualidade de vida da população do Estado de Pernambuco, onde o conceito ‘Municípios Saudáveis’ for difundido” (FRANCO DE SÁ et al 2006, p. 37).

O Projeto (MSNB) foi construído para ser desenvolvido em Pernambuco e foi implementado na mesorregião do Agreste pernambucano. O trabalho iniciou-se em 2003 e envolveu os municípios de Barra de Guabiraba, Bonito, Camocim de São Felix, Sairé e São Joaquim do Monte, os quais foram selecionados com base na indicação do Governo do Estado de Pernambuco e na demanda dos prefeitos interessados (FRANCO DE SÁ et al, 2006).

Ao longo dos cinco anos de execução do Projeto, contribuiu com seu desenvolvimento uma equipe multiprofissional, constituída por técnicos, professores e peritos das três instituições (UFPE/NUSP, Agência Condepe-Fidem e JICA), e estudantes de diferentes graduações da UFPE. Em relação a estes, a inserção nas atividades do Projeto visou contribuir com uma formação crítica, interdisciplinar, transdisciplinar, além de contribuir com futuros profissionais envolvidos com as questões sociais.

A escolha pelo distrito de Barra do Riachão, como objeto do presente estudo, se justifica em razão de que no Brasil, até o início do século XXI, algumas populações e povos habitantes do meio rural estavam condenados à “invisibilidade” (DELGADO, 2009, p. 37). E, nesta direção, Nazareth Wanderley (2009, p. 18) afirma:

(...) o acesso da população rural a bens e serviços constitui um indicador de participação das pessoas que vivem no campo nos resultados do progresso social atingido pela sociedade brasileira e uma condição de efetividade do princípio constitucional da igualdade de chances a todos os cidadãos.

Na primeira aproximação com os municípios que aderiram ao Projeto, foi realizado um estudo de avaliação de capital social (MELO FILHO, FRANCO DE SÁ, CHUMA, 2006). Segundo Putnam (2000), capital social refere-se à confiança entre indivíduos, às normas de reciprocidade e de lealdade, à participação cívica, à cooperação e ao bem-estar coletivo, o qual nomeia de virtude cívica. Nessa trajetória, foi encontrado, em Barra do Riachão, um grupo de mulheres que teciam rede de pesca e que “(...) todas as tardes, se encontravam em frente ao mercado público para conversar e trabalhar” (MELO FILHO, 2006, p. 59). Logo se observou uma organização espontânea, uma potencialidade não desenvolvida.

Assim, percebeu-se que um traço marcante do local era a produção artesanal da rede de pesca com agulha de bambu e linha de cordão, que representa, com efeito, parte do patrimônio cultural local, cujo conhecimento vem sendo transmitido há gerações. Tudo isso se

caracteriza como uma “herança imaterial e se constitui em patrimônio do local, do coletivo e do indivíduo, bem como estabelece a identidade da comunidade” (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 9).

Contextualizado o local onde a proposta de intervenção foi desenvolvida, cabe apresentar o objetivo específico do Projeto (MSNB) e as estratégias implicadas para seu desenvolvimento e sustentabilidade. Tal objetivo, segundo Franco de Sá et al (2006, p. 31), é “reduzir as desigualdades sociais e melhorar a qualidade de vida da população por meio da criação de mecanismos capazes de possibilitar a implantação do movimento municípios saudáveis entre a população e o poder público local”.

Em 2005, foi desenvolvido, pelas Instituições parceiras (UFPE/NUSP, JICA e Agência Condepe-Fidem), o I Curso de Formação de Promotores de Municípios Saudáveis e Promoção da Saúde que, segundo Freire et al (2008, p. 119), “desde sua concepção teórica, metodológica e pedagógica, tem como pilares e valores a participação social, a intersetorialidade, o empoderamento, a equidade, a sustentabilidade, uma visão ampliada da saúde e o desenvolvimento de capacidade de ação”.

Para consecução de seus objetivos, a equipe técnica do Projeto estrategicamente elaborou uma metodologia de mobilização e organização comunitária própria para os municípios, a qual denominou de Método Bambu, uma metodologia afirmativa que valoriza o potencial individual e coletivo das populações como mecanismo para a transformação social. Com efeito, o método, segundo Franco de Sá e Royama, (2008, p. 48), “é flexível, alicerçado nas potencialidades, visando micro-ações afirmativas capazes de modificar o cotidiano, visando participação autônoma, articulação das ações, promoção de políticas públicas saudáveis e difusão política, acadêmica e operacional”. Franco de Sá et al (2007, p. 7) afirma, ainda, que o referido método é “um meio para impulsionar as potencialidades de uma comunidade, visando o seu fortalecimento e transformação”, por meio da valorização de trajetórias coletivas, do poder do coletivo, da criatividade, do sentimento de pertencimento, da autonomia e da cidadania e visa fomentar o protagonismo dos participantes desde a expansão das capacidades, a mobilização, o planejamento, o monitoramento e a avaliação das ações.

A experiência de formação em Pernambuco traz um aporte pedagógico interessante ao grupo de Promotores de Municípios Saudáveis e de Promoção da Saúde e à equipe do Projeto, com a realização de oficinas, fóruns, encontros, seminários para discussão e socialização de experiências, valorizando as trajetórias, a cultura local, as potencialidades, o sentimento de pertencimento e as singularidades de cada local. Esses eventos foram realizados nos

municípios abrangidos pelo Projeto e também nas cidades de Gravatá e Recife, ambas no estado de Pernambuco. Para Elvas e Moniz (2010, p. 461),

Quanto maior for a intensidade dos elementos que identificam e definem as qualidades específicas do sentimento de comunidade, como: *fazer parte de, influência, integração e satisfação das necessidades e partilha de ligações emocionais* em relação a uma comunidade, maior serão os benefícios quer a nível individual, quer a nível comunitário (grifo dos autores).

O Projeto (MSNB) foi desenvolvido em um aglomerado constituído pelos municípios de Bonito, Barra de Guabiraba, Camocim de São Félix, Sairé e São Joaquim do Monte. A intervenção aconteceu em três níveis: o primeiro nível, o local, é onde a vida ocorre, pois é no nível *micro* que se fortalecem as relações de confiança, de solidariedade, e a realização de microações passíveis de transformação do cotidiano; é onde se encontra a escola, a igreja, o posto de saúde (GOHN, 2004). Para esse nível, utilizou-se o Método Bambu como metodologia de intervenção.

O segundo, o nível *meso*, ocorre no âmbito municipal, onde são considerados os determinantes e condicionantes da vida das pessoas do primeiro nível. A partir do aprendizado das ações concretizadas no nível *micro*, espera-se que, com a confiança, a autoestima e a autonomia fortalecidas, as pessoas exerçam a sua cidadania.

O terceiro nível, *macro*, contempla o aglomerado em sua totalidade, nesse caso, incentiva-se a formulação de políticas públicas intersetoriais, integradas aos interesses dos que compõem o espaço público comunitário (FRANCO DE SÁ et al 2006). Sobre essa questão, citamos Dowbor (1999, p. 46):

Esta articulação passa por uma redefinição da cidadania, em particular por uma redefinição das instituições para que os espaços participativos coincidam com as instâncias de decisões significativas. (...) Precisamos de muito mais democracia, de uma visão mais horizontal e interconectada da estrutura social.

Embora a cooperação internacional com a JICA tenha encerrado em 2008, as ações do Projeto apresentaram evidências de sustentabilidade ao se difundirem para outros municípios, fazendo surgir, ainda durante a vigência do Projeto, a Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis (RPMS), hoje com vinte e três membros⁵. Essa difusão faz que cada um dos

⁵ Agrestina, Águas Belas, Alagoinha, Altinho, Barra de Guabiraba, Bonito, Camocim de São Félix, Chã Grande, Cumaru, Garanhuns, Goiana, Jurema, Limoeiro, Maraiá, Olinda, Palmares, Pesqueira, Pombos, São Joaquim do Monte, São Vicente Férrer, Sairé, Salgueiro, Timbaúba.

municípios seja considerado um nodo da RPMS (MISSÃO NIPO-BRASILEIRA DE AVALIAÇÃO, 2008, p. 84).

Se considerarmos que os processos de gestão nos municípios brasileiros frequentemente apresentam características patrimonialistas, personalistas, clientelistas e de corrupção (BAQUERO, 2006), percebemos o quanto desafiadora é a adoção de práticas de Municípios Saudáveis, pressupondo-se, com isso, que as pessoas e as instituições públicas e privadas desenvolvam políticas públicas com a adoção de mecanismos participativos, levando-se em conta os direitos sociais, além de articular os atores sociais que Gallichio (2002, p. 82) define como “um agente que no campo político, econômico, social e cultural é portador de propostas que tendem a capitalizar melhor as potencialidades locais”, a fim de suplantar a fragmentação setorial.

A palavra *saudável* remete à ausência de doença. Entretanto, nesse tema, destacam-se questões subjacentes à saúde, como trabalho, educação, moradia, saneamento, lazer, meio ambiente, as quais estão interconectadas, são complexas e multidimensionais (MENDES, 2000). Articular os setores, integrando o poder público e a população para, juntos, responderem os dilemas complexos da realidade são os desafios do Município Saudável, como afirma Akerman (2005, p. 32):

Municípios Saudáveis representam um conjunto de iniciativas que possuem um ideário comum baseado na participação e no trabalho intersetorial para a formulação de políticas que melhorem a qualidade de vida dos grupos humanos em distintos contextos. São experiências mais horizontais, onde a população envolvida tem voz e participam ativamente no planejamento e na implementação das iniciativas e algumas vezes da avaliação.

Dowbor (2008, p. 88) afirma que “[...] o ponto chave é a iniciativa, o sentimento de apropriação das políticas, que é devolvido ao espaço local, onde as pessoas podem participar, pois conhecem a realidade e a escala de decisão coincide com o seu horizonte”. Diante disso, podemos inferir que os processos de discussão, planejamento, definição e implementação, focados nas dinâmicas locais, favorecem a autonomia, o exercício da cidadania, o sentimento de pertencimento e a elevação da autoestima da população local.

Dentro da estratégia de Municípios Saudáveis, a OPAS (2002) aponta sete elementos efetivos para a estruturação de municípios saudáveis, que são: compromisso público, participação comunitária, planejamento estratégico, construção de consensos e formação de parcerias, intersetorialidade, políticas públicas saudáveis, monitoramento e avaliação.

1.3 Participação social, empoderamento e Municípios Saudáveis

No processo de construção de Município Saudável, torna-se essencial o envolvimento, a mobilização e o compromisso da comunidade, bem como a busca de parceiros para o êxito da proposta. Essa percepção reforça o que destacam Hancock e Duhl no processo de construção de um Município Saudável (ADRIANO et al 2000, p. 55):

A participação significa uma postura de envolvimento ativo e corresponsabilidade dos diversos saberes, setores técnicos e segmentos sociais da população na discussão dos problemas da cidade e na tomada de decisão sobre a forma de enfrentamento dos mesmos, construindo um projeto mais ampliado e real para a cidade. Além disso, é a participação que dá legitimidade política e social a esse projeto.

Assim sendo, acreditamos que o Movimento por Municípios Saudáveis estimula a articulação do conjunto de políticas públicas na esfera municipal, tendo em vista o desenvolvimento humano, que Joppert e Silva (2012, p. 10) assinalam como:

O processo de expansão das reais liberdades das pessoas e seu empoderamento como agentes ativos de desenvolvimento equitativo e de longo prazo no local onde vivem, atuando, ao mesmo tempo, como beneficiárias e agentes, tanto em nível individual como coletivo. É o desenvolvimento das pessoas, alcançado pelas pessoas para as pessoas, no local onde vivem.

Nesse contexto, os mencionados autores (2012, p. 14), analisando a integração social e à governança, afirmam que:

Está associada ao nível de engajamento de toda a sociedade nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas locais. Enquanto o poder público tem o dever de garantir a boa aplicação dos recursos e promover direitos, a sociedade civil complementa este papel, advogando por causas específicas.

Segundo Dowbor (2008), há, nas últimas décadas, uma tendência das pessoas organizarem-se para tomar em mãos o destino do local que as cerca. O desenvolvimento desse arcabouço teórico-metodológico, portanto, representa uma mudança de paradigma, pois aponta para a articulação de políticas, de setores, de segmentos sociais e para uma nova organização no processo de gestão que podem suscitar mudanças na estrutura de poder.

Lório (2002) argumenta que a participação constitui um mecanismo importante no processo de empoderamento e que instituições de estudo, pesquisa e apoio, voltadas para a cooperação do desenvolvimento, têm produzido análises direcionadas aos temas de participação, cidadania, poder e políticas de combate à pobreza, contribuindo para o

desenvolvimento de políticas e de práticas que considerem as necessidades das pessoas que vivem na miséria.

Por sua vez, a proposta de Municípios Saudáveis aponta caminhos para superar a fragmentação setorial que é frequente nas políticas públicas. Como ressaltam Cattani e Ferrarini (2010, p. 165), “a política pública pode ser um poderoso instrumento para a construção de um desenvolvimento sustentável e inclusivo”. Observamos que esse processo, virtuosamente, tem como lastro a discussão com os grupos envolvidos e a sua participação nas instâncias decisórias, compartilhando responsabilidades, promovendo a ressignificação dos sujeitos, a sua autonomia, e culminando com o fortalecimento da cidadania, na perspectiva de construir capacidades de proposição e de controle da implementação de políticas públicas que favoreçam o protagonismo e as condições locais de vida da população. E é neste sentido que o presente estudo objetiva evidenciar ações participativas e de empoderamento no mundo rural.

Para refletir sobre essas questões, tomamos por referência Dagnino (2004, p. 103), a qual entende participação social como “partilha efetiva de poder entre Estado e sociedade civil por meio do exercício da deliberação no interior dos novos espaços públicos”, possibilitando, desse modo, o desenvolvimento de ações intersetoriais. Para Junqueira e Inojosa (1997, p. 37), a intersetorialidade é “a articulação de saberes e experiências no planejamento, na realização de ações, com o objetivo de alcançar resultados integrados em situações complexas, visando um efeito sinérgico no desenvolvimento social”.

Tomando como referência esses autores, podemos inferir que a interação vivenciada no exercício do planejamento e na execução favorece a construção de uma agenda pública na qual se pode efetivar a participação por meio da partilha de poder. Nessa perspectiva, a construção desses *novos espaços públicos* volta-se para discutir e priorizar intervenções relacionadas à qualidade de vida e ao desenvolvimento social.

Ressaltamos que Dowbor (1999, p. 11) apresenta o poder local como uma questão fundamental para a transformação da sociedade, porque está no centro das ações que envolvem a descentralização e a participação, pois entende que o “reforço do poder local permite, ainda que não assegure criar equilíbrios mais democráticos frente ao poder centralizado nas mãos das elites”.

A fim de fortalecer o processo local, o Projeto (MSNB) investiu nas potencialidades e capacidades das pessoas por meio do curso de Promotores de Municípios Saudáveis e Promoção da Saúde com a finalidade precípua de estimular a participação das pessoas, a fim de que a participação não ficasse restrita à administração de problemas.

É importante destacar que a participação na Rede (PMS) configura-se como uma relevante estratégia de fortalecimento e de sustentabilidade dos grupos como espaço de difusão, de intercâmbio entre municípios, de articulação com o Governo do Estado, Conselhos Municipais e, por último, de visibilidade dos grupos instituídos, em que as pessoas têm voz e são ouvidas.

Nesse processo, consideramos que a negociação governamental é uma tentativa de aproximar visões, promover concertações entre a população e os setores públicos e privados. Para tanto, é necessário o reconhecimento da importância da abertura do diálogo, com espaços para apresentação de ideias, promoção de discussões e a concreta participação na definição de prioridades, potencializando a aplicação de recursos.

Nas últimas décadas, a abordagem do empoderamento vem sendo utilizada como categoria de análise em diferentes áreas do conhecimento, como saúde pública, ciências sociais aplicadas, sociologia política e em espaços de ação social que tratam de questões de pobreza, desenvolvimento, gênero, sexualidade, idosos, escolas, comunidades, entre outras. (HOROCHOVSKI e MEIRELLES, 2007)

O termo *empoderamento* surgiu nos Estados Unidos na década de 1970, capitaneado pelo movimento negro, que lutava pelos direitos sociais, e o de mulheres, as quais empunhavam a bandeira de igualdade de direitos. Neste sentido, Costa define empoderamento como o “mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades assumem o controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para gerir e criar” (COSTA, 2000, p. 7).

É importante contextualizar que a noção de empoderamento ganha destaque a partir de 1990, nas instituições financiadoras de programas e projetos de desenvolvimento social, mediante o insucesso dos investimentos em estruturas físicas e sociais. Nesse cenário surge a abordagem do desenvolvimento alternativo, no qual o empoderamento é conceito-chave e cujo modelo estrutura-se em quatro pilares, são eles: democracia participativa, crescimento econômico adequado, igualdade de gênero e sustentabilidade (OAKLEY e CLAYTON, 2003; ANTUNES, 2002).

Nesse debate, a questão do poder emerge como tema central nos processos de desenvolvimento, sendo determinante nas relações econômicas e sociais. Segundo Bobbio (2000, p. 161) o poder:

É definido como uma relação entre dois sujeitos, na qual um impõe ao outro a própria vontade, determinando o seu comportamento: mas como o domínio sobre os homens não é geralmente fim em si mesmo, mas meio para se obter “alguma

vantagem” ou os “efeitos desejados”, de modo não distinto do domínio sobre a natureza, a definição de poder como tipo de relação entre sujeitos deve ser integrada à definição de poder como a posse dos meios (dos quais os dois principais são o domínio sobre os homens e o domínio sobre a natureza). Bobbio destaca três tipos de poder: o econômico, o ideológico e o político. O primeiro é aquele que se vale da posse de certos bens necessários, para induzir aqueles que não os possuem para ter uma certa conduta. Na posse dos meios de produção reside uma enorme fonte de poder por parte daqueles que os possuem em relação àqueles que não os possuem. O poder ideológico funda-se sobre as influências que as ideias formuladas de um determinado modo, por uma pessoa investida de uma determinada autoridade, têm sobre a conduta de consociados. O poder político funda-se sobre a posse dos instrumentos através dos quais se exerce a força física, é o poder coativo. As três formas de poder instituem e mantêm uma sociedade de desiguais, isto é, dividida entre ricos e pobres, sábios e ignorantes, e superiores e inferiores.

O processo de empoderamento propõe intervir nas relações em que ocorrem desequilíbrios de poder. Segundo Friedman (apud Oakley e Clayton 2003, p. 11), o empoderamento está entrelaçado a uma proposta de desenvolvimento alternativo, ou seja:

Um desenvolvimento alternativo envolve um processo de empoderamento social e político cujo objetivo em longo prazo, é “reequilibrar” a estrutura de poder da sociedade, fazendo com que a ação do Estado seja mais responsável perante a sociedade civil, fortalecendo os poderes desta última para que administre seus próprios assuntos, e fazendo com que as corporações empresariais sejam mais responsáveis socialmente.

Os primeiros trabalhos que tratam a questão do poder e pobreza como elemento central para a análise das questões de desenvolvimento datam de 1970. Nessa época havia um debate entre as escolas de pensamento orientadas pelas teorias da modernização e da dependência a respeito das causas do subdesenvolvimento e da pobreza (OAKLEY e CLAYTON, 2003). Portes (2001), mencionado por Gallichio (2002, p. 69), destaca que a “modernização não era outra coisa senão o verniz ideológico do capitalismo ocidental, cujas incursões no resto do mundo geravam paralisação permanente”. A escola de dependência, segundo Portes (op. cit.), “tem suas raízes plantadas na economia política marxista, e seus escritos ignoraram o peso de ideologias e valores culturais e responsabilizaram as corporações multinacionais pela pobreza do terceiro mundo”.

Na concepção do educador Paulo Freire (1983, p. 67), somente o acesso ao poder real poderia romper o que ele chamou de “cultura do silêncio” que caracteriza a dependência e a marginalidade das “pessoas simples” (Ibid., p. 67). Numa perspectiva de educação libertadora, Freire (Ibid., p. 63) assegura que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediados pelo mundo”. Importa ressaltar que diferentes autores assinalam que o empoderamento é um processo endógeno, portanto, é algo que não pode ser feito para as pessoas, mas algo que as pessoas têm de fazer por si mesmas;

mas o que pode e deve ser feito é estimular o processo individual e coletivo de empoderamento (OAKLEY E CLAYTON, 2003; ANTUNES, 2002; COSTA, 2000).

Para Oakley e Clayton (2003, p. 10), o poder, segundo a compreensão de Paulo Freire, diz respeito a:

Um aumento da conscientização e desenvolvimento de uma “faculdade crítica” entre os marginalizados e oprimidos. Esse é o poder de “fazer” de ser “capaz”, bem como de sentir-se com mais capacidade e no controle das situações. Refere-se ao conhecimento das capacidades de tais grupos para agir e desempenhar um papel ativo nas iniciativas de desenvolvimento. Implica superar décadas de aceitação passiva e fortalecer as habilidades de grupos marginalizados para que se envolvam como atores legítimos no desenvolvimento.

Ainda de acordo com Oakley e Clayton (2003, p. 9) “o poder – formal, tradicional ou informal – está no coração de qualquer processo de transformação e é a dinâmica fundamental que determina as relações sociais e econômicas”. Sabemos que o poder está presente nas relações e interações, sendo exercido em diferentes graus. Os referidos autores ilustram, ainda, cinco tendências das agências de desenvolvimento que trabalham com empoderamento: (i) a perspectiva de participação: a conexão entre participação e empoderamento é o que surge de modo mais forte nas experiências; (ii) a de democratização: esta se refere ao empoderamento no contexto político no nível macro; (iii) desenvolvimento de capacidade: transformou-se em objeto estratégico de muitas organizações, diz respeito ao empoderamento de grupos e organizações locais, com foco na aprendizagem, na autonomia e na reflexão; (iv) a melhoria das condições econômicas: diz respeito a oportunidades para melhorar suas receitas e reduzir a pobreza; (v) a perspectiva do indivíduo: significa maior confiança na capacidade pessoal para expandir seus horizontes, levar adiante projetos pessoais. Assim, é relevante considerar que o empoderamento comunitário constitui-se em um processo complexo de construção social com importantes variáveis.

A iniciativa de Municípios Saudáveis em Pernambuco foi fundamentada no conceito de Promoção da Saúde, baseado em uma concepção ampla de desenvolvimento, apoiada na participação, na intersetorialidade, nas políticas públicas saudáveis e na sustentabilidade (FRANCO DE SÁ, 2006). Assim sendo, com vistas a estimular o protagonismo local, as instituições parceiras promoveram cursos, oficinas e seminários nos municípios. Todavia, destaca-se como um eixo estruturador a formação de Promotores de Municípios Saudáveis e de Promoção da Saúde (FREIRE et al 2008). Essa escolha teve como objetivo qualificar as pessoas para serem multiplicadores e agentes de desenvolvimento em seus locais de trabalho, na sua rua, em sua casa, na igreja. Mediante essa perspectiva, sustenta Veiga (2008, p. 85) que:

Só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser ou fazer, na vida. E elenca quatro: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso a recursos necessários a uma vida digna e ser capaz de participar da vida em comunidade.

Realçamos que o processo de formação, como dito acima, apoiava, ainda, o empoderamento comunitário que, segundo Gonh (2004, p. 23):

É o processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades no sentido de seu crescimento, autonomia, melhoria gradual e progressiva de suas vidas, a articulação intersetorial e a construção de um mecanismo que aproximasse sociedade civil organizada (ou em organização) e gestão local.

Consideramos, também, a compreensão de Wallerstein (1992), citada por Restrepo (2001, p. 39), que discute o empoderamento como processo social e entende que está intimamente ligado à participação comunitária de indivíduos e grupos. Para a autora, o empoderamento “é o processo que promove a participação das pessoas, organizações e comunidades em direção a metas para aumentar o controle individual e comunitário, a eficácia política, melhoria da qualidade de vida e justiça social”. Trata-se, pois, de sair da esfera do discurso para a prática, por meio de mecanismos de efetivação de espaços dialógicos, de concertação e negociação, a partir da tomada de consciência de direitos.

Buscamos com esse estudo evidenciar algumas especificidades vivenciadas por esse grupo, haja vista que o trabalho realizado com os (as) Promotores(as) de Municípios Saudáveis e com as artesãs sugere um processo de empoderamento, nessa direção, Romano (2002, p. 19) considera:

O empoderamento é um meio e um fim para a transformação das relações de poder existentes e para superar o estado de pobreza. É um meio de construção de um futuro possível, palpável, capaz de recuperar esperanças da população e de mobilizar suas energias para a luta por direitos no plano local, nacional e internacional.

Complementando a afirmação acima, as autoras Kleba e Wendausen (2009, p. 733) estabelecem três níveis de empoderamento, como observamos a seguir:

O empoderamento pessoal possibilita a emancipação dos indivíduos, com aumento da autonomia e da liberdade. O nível grupal desencadeia respeito recíproco e apoio mútuo entre os membros do grupo, promovendo o sentimento de pertencimento, práticas solidárias e de reciprocidade. O empoderamento estrutural favorece e viabiliza o engajamento, a corresponsabilização e a participação social na perspectiva da cidadania.

Importa esclarecer que estas dimensões estão relacionadas e podem ocorrer de modo concomitante e interdependente. A escolha dessa forma de apresentação decorre da compreensão de que a separação facilitará a análise e avaliação dos efeitos e processos.

A inserção, neste campo de estudo, responde a uma inquietação pessoal: analisar em que medida as ações desenvolvidas com esse grupo refletiu na autoestima individual e comunitária, na autoconfiança, no “enfrentamento do determinismo social que influencia e condiciona o cotidiano dos indivíduos simples e estes se conformam com as macroestruturas” (CARVALHO, 2004, p. 675). Para reflexão sobre essas questões, lembramos o que afirma Martins (2000, p. 13) sobre a sociabilidade dos simples: “São os simples que nos libertam dos simplismos, que nos pedem a explicação científica mais consistente, a melhor e mais profunda compreensão da totalidade concreta que reveste de sentido o visível e o invisível.”.

Capítulo 2

Neste Capítulo, apresentaremos a perspectiva e as opções metodológicas que orientaram este estudo, o local da pesquisa, os sujeitos envolvidos e caracterizaremos os instrumentos de coleta de dados. Ao final, explicitaremos o processo que orientou a interpretação e análise dos dados.

2 METODOLOGIA

2.1 Perspectiva do estudo

A presente pesquisa está embasada nos campos das Ciências Sociais e da Saúde e tem por objeto de estudo o movimento Municípios Saudáveis e empoderamento. Para alcançar os objetivos propostos, realizamos uma pesquisa qualitativa.

A pesquisa qualitativa, na perspectiva de Minayo (2004), preocupa-se, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, porque trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos. Busca entender o contexto em que algum fenômeno ocorre, permitindo a observação de vários elementos, simultaneamente, em um pequeno grupo. Essa abordagem é capaz de investigar ou conhecer, de modo aprofundado, um evento ou situação, possibilitando a explicação de comportamentos.

A escolha por esta investigação reflete o nosso interesse na temática do desenvolvimento e também o compromisso profissional orientado por princípios e valores da Promoção da Saúde e Municípios Saudáveis.

Neste sentido, a pesquisa, de acordo com Vergara (2010b), é de natureza exploratório-descritiva, sendo exploratória porque as iniciativas de Municípios Saudáveis são recentes no Brasil, uma vez que os primeiros registros datam de 1990, e descritiva, porque visa identificar evidências e fatores que facilitaram e ou dificultaram o empoderamento da comunidade. Quanto aos meios de investigação, constitui-se em um estudo de caso, porque tem um caráter de profundidade e detalhamento da comunidade. A técnica de estudo de caso será baseada nas premissas de Yin (2005, p. 20):

Como estratégia de pesquisa, utiliza-se o estudo de caso em muitas situações, para contribuir para o conhecimento que temos dos fenômenos individuais, organizações, sociais, políticos e de grupo, além de outros fenômenos relacionados.

De acordo com Yin (2005), os estudos de caso são adotados quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, “quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real” (Yin, 2005, p. 19).

Schramm (1971 apud Yin, 2005, p. 31) afirma que a principal tendência de um estudo de caso é que ele tenta esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões: o motivo pelo qual a decisão foi tomada, como foi implementada e com quais resultados. Neste caso, a pesquisa objetivou descrever o contexto no qual foi desenvolvido o Projeto (MSNB), suas estratégias e, em última análise, evidenciar os efeitos deste no distrito de Barra do Riachão, no que tange ao empoderamento daquela comunidade.

É importante ressaltar que dedicamos os últimos oito anos a trabalhar e estudar a temática de Municípios Saudáveis, além de participar do desenvolvimento do Projeto (MSNB) em todas as suas fases, como instrutora nos cursos, seminários, encontros e oficinas, bem como nos envolvemos com o monitoramento das atividades da localidade, no período de 2006 a 2008 e, posteriormente, com a Rede (PMS). Desde então, acompanhamos as pessoas e os movimentos destas em busca da “superação do desemprego, da falta de oportunidade na região e de programas de geração de renda por parte do poder público local” (MELO FILHO, 2006, p. 69).

Para responder à suposição da pesquisa sobre se *há evidências de empoderamento comunitário em Barra do Riachão pós-projeto*, buscamos, por meio das entrevistas, conhecer a história das pessoas de Barra do Riachão, a constituição do local, suas lutas, desejos e conquistas. Nesse estudo de caso, utilizamos duas fontes de evidências:

- 1) Análise da documentação oficial, na qual se incluem documentos formais e oficiais, as publicações do PMSNB, e os registros do monitoramento realizado no período de 2006 a 2008;
- 2) Entrevistas semiestruturadas.

Optamos por entrevistar os próprios envolvidos e interessados porque, de acordo com Ecléa Bosi (2009, p. 15):

Os velhos, as mulheres, os negros, os trabalhadores manuais, camadas da população excluídas da história ensinada na escola, tomam a palavra. A história que se apoia unicamente em documentos oficiais não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios.

O lócus da pesquisa de campo foi o distrito de Barra do Riachão, que deu aporte à pesquisa empírica.

Elegemos como sujeitos do estudo pessoas da comunidade e da sede do município, organizados nas categorias de: Promotores (as) de Municípios Saudáveis e Promoção da

Saúde, artesãs, gestores (as) e munícipes de Barra do Riachão, localidade que compõe a Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis, fruto do Projeto Municípios Saudáveis do Nordeste do Brasil.

Foram selecionadas doze informantes chaves: três promotores(as) de municípios saudáveis e promoção da saúde, três artesãs, três munícipes e três gestores(as). Os critérios propostos para cada uma das categorias são os que seguem:

O Promotor de Município Saudável e Promoção da Saúde recebeu formação pela UFPE/NUSP para multiplicar o aprendizado nos seus locais de origem de forma reflexiva, estratégica e comprometida com os princípios de municípios saudáveis, promoção da saúde e do desenvolvimento local.

As artesãs, grupo constituído por donas de casa, agricultoras e jovens, receberam formações distintas, com vistas a diversificar o ponto da rede e a qualificar a produção. Os cursos vieram atender o desejo do grupo por um projeto de geração de renda que, ao mesmo tempo, também pudesse fixar os jovens na localidade e evitar uma possível migração.

A escolha dos munícipes tomou por referência o conhecimento que possuem do local, quanto ao funcionamento da vida, às formas de resistência para o enfrentamento das adversidades, observações sobre a formação do Distrito e ainda mudanças ocorridas ao longo dos anos. Para melhor lembrar os acontecimentos recorreremos a dois moradores mais antigos, que possuem mais de setenta anos. O terceiro entrevistado viveu em Barra do Riachão até o início da sua juventude, quando migrou para a região Sudeste, onde esteve por trinta anos, e regressou à localidade há três anos. Considerar sua percepção foi importante, levando em conta seu retorno, suas observações sobre as pessoas, o cotidiano e as mudanças na produção artesanal.

Quanto aos gestores, buscamos o olhar destes sobre as pessoas da localidade, no tocante às articulações destas pelo acesso à água tratada, à instalação do ensino médio, à acessibilidade ao município de Agrestina, à preservação do rio Una, à busca por um projeto local de geração de trabalho e renda. Por fim, ao esforço da população para ser reconhecida cidadã.

Após as considerações acima, apresentamos os critérios de inclusão na pesquisa:

- ser promotor (a) de Municípios Saudáveis e da Promoção da Saúde;
- participar do grupo de artesãs;
- ocupar cargo ou função de gestão no município;
- ser natural e ou viver em Barra do Riachão;
- ter disponibilidade para participar da pesquisa.

2.2 Coleta de Dados

A pesquisa de campo foi realizada no município de São Joaquim do Monte e no distrito de Barra do Riachão por meio de entrevistas semiestruturadas, “onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições pré-fixadas pelo pesquisador” (MINAYO, 2004, p. 108).

FLICK (2004) pondera que a entrevista semiestruturada é validada como uma importante técnica de coleta de dados para a pesquisa qualitativa. O interesse dos pesquisadores deve-se ao fato deste modelo ampliar as possibilidades do entrevistado expressar suas opiniões, atitudes, valores, expectativas e visão de mundo com mais consistência do que através de entrevistas fechadas ou questionários. São informações mais profundas da realidade que os cientistas sociais costumam denominar de subjetivas e são obtidas com a contribuição dos sujeitos envolvidos (MINAYO, 2004). De acordo com Flick (2004, p. 95), o método permite ainda a reconstrução da teoria subjetiva do sujeito:

[...] refere-se ao fato de o entrevistado possuir uma reserva complexa de conhecimento sobre o tópico em estudo. Esse conhecimento inclui suposições que são explícitas e imediatas, as quais podem expressar espontaneamente ao responder a uma pergunta aberta, e que são complementadas por suposições implícitas.

Trabalhamos na perspectiva de reconstituir a trajetória do Distrito, isto é, o roteiro de entrevista privilegiou a escuta das experiências relacionadas à vida das pessoas no que concerne à participação social, à autonomia, à autoestima, à ação coletiva, ao acesso ao trabalho e à renda, às políticas públicas.

No planejamento do roteiro da entrevista, consoante afirma Minayo et al (2008), podemos abordar um único tema ou vários, o que permite maior ou menor espontaneidade aos depoimentos com fins de explorar determinada temática, relato de experiência ou ponto de vista. Esse roteiro (Apêndice A) foi elaborado com base nas vivências proporcionadas pelo nosso envolvimento nos processos desenvolvidos com as pessoas do Distrito, como cursos, seminários, oficinas, encontros, monitoramento e avaliação.

Na elaboração do roteiro e na condução da entrevista, foram seguidos alguns critérios para garantia da validade e da fidedignidade das informações obtidas, conforme aponta Flick (2004). O primeiro, o não direcionamento, obtido no momento da elaboração do roteiro. Inicialmente, a entrevista foi conduzida com questões mais abertas; em seguida, introduzimos uma maior estruturação das questões, a fim de evitar que o sistema de referência do

entrevistador influenciasse a resposta. Como entrevistador mantivemos um estilo não diretivo de conversa, abstendo-nos de fazer avaliações sobre o que foi dito (FLICK, 2004).

O segundo, a especificidade, denota que a entrevista deve observar os elementos específicos que produzem impacto ou verificar o significado de um evento para o entrevistado, com o objetivo de evitar que a entrevista fique no nível dos enunciados gerais. Tal critério visa garantir que todos os aspectos relevantes da pesquisa sejam aludidos (FLICK, 2004).

O terceiro, a profundidade e o contexto pessoal revelado pelo entrevistado, é um critério que garante que o sujeito exiba o máximo de comentários autorreveladores acerca do que se questiona, para que, dessa forma, não fique restrito a respostas demasiadamente objetivas, como, por exemplo, 'é importante' ou 'não é importante' (FLICK, 2004).

A aplicação da entrevista seguiu os seguintes procedimentos: os entrevistados foram esclarecidos sobre os objetivos da pesquisa e, posteriormente, solicitamos a permissão desses sujeitos para gravá-las, através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B). Utilizamos gravador digital de áudio para o registro, cujo conteúdo foi, em seguida, transcrito e analisado.

As entrevistas foram realizadas na sede do município e no distrito, entre os meses de novembro/2012 e janeiro de 2013. Não houve dificuldade de acesso aos entrevistados nem recusa na concessão da entrevista; no entanto, em alguns casos, foi necessário agendamento. As entrevistas foram realizadas em local reservado, com duração média de cinquenta minutos.

Utilizamos a análise de documentos com o intuito de conhecer com profundidade o Projeto Municípios Saudáveis no Nordeste do Brasil, o arcabouço teórico, a história, os processos de implementação e de avaliação, além dos mecanismos de atuação junto à comunidade, aos gestores e às instituições executoras. A principal fonte documental foram publicações oficiais do NUSP, JICA e da Agência Condepe-Fidem, além dos relatórios de monitoramento.

2.3 Análise dos dados coletados

Segundo Flick (2004), a interpretação dos dados é a essência do procedimento empírico, estando em primeiro plano na pesquisa qualitativa. Isso porque é por meio dela que os dados coletados ganham sentido, e se estabelece relação com o problema (da pesquisa) que formulamos progressivamente.

No que se refere à análise, Minayo (2004) destaca algumas recomendações para análise de dados colhidos no campo, como: documentos, entrevistas, resultados de grupo focal, e de observações. A primeira recomendação é sobre o risco da compreensão espontânea como se o real se revelasse claramente ao observador; este risco é aumentado à medida que o objeto está próximo do pesquisador. A segunda refere-se ao envolvimento do pesquisador com os métodos e as técnicas a ponto de perder-se da essência da pesquisa. A terceira recomendação relaciona-se à dificuldade de análise e interpretação dos dados colhidos no campo em relação com as teorias e conceitos. Isso pode decorrer da compreensão espontânea do investigador.

Nesse estudo as informações foram organizadas, analisadas e interpretadas com base na análise de conteúdo para desvendar os sentidos manifestos nas falas dos informantes da pesquisa. Neste sentido, na análise dos resultados, "busca-se relacionar estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados. E articular a superfície dos textos descrita e analisada com fatores que determinam suas características [...]" (MINAYO, 2004, p. 203).

A análise e a sistematização dos dados coletados apoiaram-se na abordagem metodológica da análise de conteúdo, tomando-se como referência Laurence Bardin (2010). A referida autora defende esta abordagem como um conjunto de técnicas de análises das comunicações que utilizam procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo do material coletado (Id., 2010).

Ressalte-se que a finalidade não é apenas contar a opinião das pessoas, mas explorar as diferentes concepções sobre o objeto pesquisado, ou seja, numa perspectiva temática, "descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem algo para o objeto analítico pesquisado" (MINAYO, 2004, p. 209). Destarte, no processamento da informação, isto é, na análise individual, procuramos ir além do que é exposto, traçando um caminho de desvendamento do real e dos significados que buscamos apreender.

É importante destacar que o interesse nesta forma de análise não é a descrição, mas o que o tratamento daquele conteúdo pode desvelar e trazer de novo. Para Bardin (2010, p. 40), "a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção, inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)".

Esta análise foi distribuída em três fases, abaixo explicitadas, conforme orienta Bardin (2010):

- Pré-análise do material coletado: corresponde ao momento em que as entrevistas são transcritas, e o pesquisador realiza uma leitura flutuante, posteriormente validada.
- Análise do material: compreende o processo de criação de rubricas aos núcleos de sentido identificados nos discursos dos sujeitos entrevistados; consiste em operações de decodificação e decomposição do discurso em razão dos objetivos da pesquisa. Posteriormente, ocorre a aglutinação das rubricas em núcleos temáticos centrais.
- Tratamento e interpretação dos resultados: análise dos resultados que reflete na categorização dos núcleos de sentido. Essa etapa ultrapassa o conteúdo manifesto nas entrevistas e documentos analisados, de modo a estabelecer a integração argumentativa, aproximando-se do conhecimento latente dos entrevistados.

Capítulo 3

Neste Capítulo, apresentaremos o contexto do estudo, o município de São Joaquim do Monte, o distrito de Barra do Riachão e os sujeitos envolvidos na pesquisa.

3. CONTEXTO DO ESTUDO

3.1 Caracterizando o município de São Joaquim do Monte

Ao chegar-se a São Joaquim do Monte descortina-se aos olhos dos visitantes uma paisagem exuberante... um vale de cor verde intenso, muitas águas, animais e árvores.

Localizado na mesorregião do Agreste Pernambucano, precisamente na microrregião do brejo pernambucano, o município integrava antigamente o território de Bonito, porém, em 11 de setembro de 1928, foi desmembrado e elevado à categoria de município, pela Lei Estadual n.º 1.931. Atualmente, o município é formado administrativamente pelos distritos de Barra do Riachão e Santana de São Joaquim.

O acesso viabiliza-se pela BR-232 (Rodovia Luiz Gonzaga) e pela PE-103, limitando-se a norte com Bezerros e Camocim de São Félix, ao sul com Cupira, a leste com Bonito e Belém de Maria, e a oeste com Agrestina. A distância da capital é de 130 km.

A predominância do clima é quente e úmido, com uma temperatura em média de 24°C, tendo como vegetação mata atlântica e caatinga (IBGE, 2007). O município encontra-se na área das bacias hidrográficas dos rios Una e Sirinhaém.

De acordo com o censo do IBGE (2010), a população residente total é de 20.488 habitantes, 14.122 (68,93%) localizadas na zona urbana e 6.366 (31,07%) na zona rural. Os habitantes do sexo masculino totalizam 10.195 (49,76%), enquanto os do sexo feminino totalizam 10.293 (50,24%). A densidade demográfica (hab/km²) é de 88,39. De acordo com o Banco de Dados do Governo do Estado, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é de IDH-M (2000) é de 0,571, sendo que no Estado o IDH-M (2000) é de 0,705. Este índice situa o município em 160º no ranking estadual e em 5.092º no nacional.

Os setores de atividade econômica formais são: administração pública, comércio, agropecuária e atividades de serviços. A produção agrícola que se sobressai é a batata-doce e o maracujá. Quanto às atividades agropecuárias, destaca-se a criação de bovinos, suínos e caprinos.

No município há um importante evento religioso: a Romaria de Frei Damião, festividade que acontece no mês de agosto e estende-se por três dias. Além das procissões até o santuário de Frei Damião e dos grupos de oração, também há apresentação de danças folclóricas e de grupos musicais da região. O santuário se constitui num importante atrativo turístico recebendo peregrinos de todo o Estado. Outras comemorações fazem parte do

calendário municipal, as festas juninas, com as quadrilhas matutas e os pequenos grupos de forró pé de serra, que compõem as festividades.

3.1.2 Barra do Riachão

O distrito de Barra do Riachão, pertencente ao município de São Joaquim do Monte, objeto de estudo nesta dissertação, situa-se às margens do Rio Una, um dos principais cursos d'água do estado de Pernambuco, que dota esta localidade de uma beleza singular e de terras férteis. Neste local, o Rio Una é intermitente e possui importância para o lugar, uma vez que essa localidade desenvolveu-se em paralelo ao rio e dele se beneficia através da pesca e de atividades de lazer. Barra do Riachão, segundo dados do IBGE⁶, apresenta um total de 772 habitantes, distribuídos em 52,5 % do sexo feminino e 47,5 % do masculino.

Figura 1: Rio Una



Vista do Rio Una no município de São Joaquim do Monte, agricultores(as) em um plantio de tomate. Fonte: Acervo do NUSP

Na comunidade, as casas foram construídas umas de frente para as outras e o rio margeia a rua principal; então, o quintal das casas, de um dos lados, está voltado para o rio. Há quatro anos o Distrito passou a ser abastecido pela Compesa; a água na torneira é fruto da

⁶ Em Barra do Riachão, trabalhamos com os dados de populacionais do censo 2000, pois o IBGE não disponibilizou os resultados do censo 2010 para localidades rurais.

mobilização e de reivindicações ao prefeito, como nos conta a líder comunitária [...] (informação verbal⁷):

Não tinha água na torneira não, era um carro pipa. As mulheres pegavam uma briga, cada uma que quisesse uma lata d'água. Eu não sei como elas viveram tantos anos não.

No tocante à infraestrutura, a comunidade dispõe de energia elétrica, abastecimento de água, coleta de lixo e de algumas ruas calçadas.

Em termos de equipamentos sociais e organizações, a localidade dispõe de uma (01) unidade de saúde da família; uma (01) escola pública (Escola Intermediário Tenório Vaz), que atende desde o ensino fundamental até o ensino médio; uma (01) unidade dos Correios, duas (02) igrejas (uma católica e a outra evangélica); e um (01) mercado público.

Na dimensão econômica, predominam a agricultura e a pesca de subsistência, o artesanato e a produção da rede de pesca, além das manifestações culturais, festas juninas e a capoeira. Durante o mês de janeiro ocorre um importante evento religioso, a novena dedicada a São Sebastião, padroeiro do local, além da festa profana.

A economia local sustenta-se, também, com pequenos comércios (mercadinhos e bares), com o salário dos funcionários públicos, de pensionistas do INSS e dos programas de transferência de renda⁸.

Identificamos, ainda, na comunidade, a Associação dos Pequenos Agricultores de Batente, criado em 2002, que estabelece o fortalecimento comunitário e reivindica o acesso às políticas públicas e aos programas sociais das três esferas de Governo, dentre eles: programas Terra Pronta e Pernambuco no Batente (Governo do Estado); distribuição de sementes de milho e feijão (IPA)⁹, programa de cisternas (Funasa)¹⁰, entre outros.

A aproximação com o Distrito teve como marco zero uma visita exploratória, quando um fato chamou a atenção da equipe técnica do Projeto (MSNB): percebemos que havia na calçada um grupo de mulheres que produziam com linha de algodão natural e agulha de bambu o ponto da rede de pesca. Este trabalho é feito manualmente e por isso é chamado artesanal. De acordo com o Programa do Artesanato Brasileiro, o trabalho artesanal (BRASIL/MDIC, 2012, p. 14):

⁷ Depoimento [...] liderança comunitária de Barra do Riachão, entrevista em Barra do Riachão, em dezembro se 2012.

⁸ Informação obtida de [...] agricultora e liderança local; entrevista oral, realizada no NUSP, em Recife, em 05 de julho de 2011.

⁹ Instituto Agronômico de Pernambuco.

¹⁰ Fundação Nacional de Saúde.

Compreende toda a produção resultante da transformação de matérias-primas, com predominância manual, por indivíduo que detenha o domínio integral de uma ou mais técnicas, aliando criatividade, habilidade e valor cultural (*possui valor simbólico e identidade cultural*), podendo no processo de sua atividade ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios.

Esse trabalho realizado pelas mulheres tem a finalidade de gerar renda e assim melhorar a qualidade de vida de suas famílias. Esse modo de produção agrega em seu valor significados para os consumidores uma vez que traz narrativas da história das artesãs e do local onde vivem. Segundo Laurentino (2011)

“a postura empreendedora de alguns atores de Barra do Riachão em relação à produção artesanal, a valorização da tradição, o movimento popular, o desejo de sair da exclusão e de se reconhecer cidadão nos leva a acreditar que o grupo tem potencial para promover melhorias na comunidade”.

Através do artesanato as artesãs de Barra do Riachão vêm conseguindo apoio de instituições governamentais. Um exemplo foi o Depto de Design da UFPE que desenvolveu um trabalho com essas mulheres e, a partir dessa intervenção, as mulheres passaram a produzir produtos utilitários e decorativos. Assim, puderam ampliar as vendas e ter maior retorno financeiro para o grupo (Laurentino, 2011).

Figura 2: O ponto da rede



A produção da rede de pesca em Barra do Riachão com linha de algodão e agulha de bambu. Acervo do NUSP/UFPE

Diante do exposto, verificamos que, em Barra do Riachão, há uma singularidade, o trabalho artesanal, que promove os vínculos de confiança e as mobiliza enquanto sujeitos de direito na busca por alternativas para o enfrentamento das desigualdades e injustiças. Neste sentido, Burity (2001, p. 192) entende que:

(...) pertencer a um movimento, a uma rede, a um grupo, as raízes, enfim, implica inserir-se numa 'tradição' e ser, ao mesmo tempo, capaz de escolher e recolher dessa tradição e de outras, experimentar o desafio da alteridade, inserir-se em lutas pelo reconhecimento ou pela reparação de injustiças e desigualdades.

Essa comunidade constitui nossa unidade de análise, haja vista que o trabalho realizado com os (as) Promotores (as) de Municípios Saudáveis e com as artesãs sugere um processo de empoderamento. Em nossa pesquisa, o empoderamento associa-se a um processo de construção e/ou ampliação das capacidades que têm as pessoas e grupos excluídos pobres para, de acordo com Villacorta e Rodriguez (2002, p. 47):

- assumir o controle de seus próprios assuntos;
- produzir, criar, gerar novas alternativas;
- mobilizar-se em defesa da garantia de seus direitos;
- poder discernir como escolher;
- levar a cabo suas próprias opções.

Nessa perspectiva, nos reportamos a Peruzzo (2002, p. 277), que define comunidade humana como:

Agregado de pessoas funcionalmente relacionadas que vivem numa determinada localização geográfica, em determinada época, partilham de uma cultura comum, estão inseridas numa estrutura social e revelam uma consciência de sua singularidade e identidade distinta.

Segundo Maclever e Page (1973 apud PERUZZO, 2002), apenas a localidade não é suficiente para se criar uma comunidade. O conceito está relacionado a uma área de vida em comum, em que se compartilha o modo de vida, a terra, os laços afetivos e a solidariedade.

No Brasil, particularmente no Nordeste, o mundo rural ainda é identificado como o “lugar do atraso, do que está por vir” (WANDERLEY, 2009, p. 18), portanto a partir do esforço dessa comunidade rural, é relevante avaliar com profundidade a ação coletiva do grupo em busca de melhores condições de vida e de bem-estar nos seus ambientes.

3.2 Conhecendo os sujeitos entrevistados

Realizamos a pesquisa de campo por meio de entrevistas semiestruturadas com promotores de município saudável e de promoção da saúde, artesãs, gestores(as) e munícipes.

Reportamos-nos a Bosi (apud HALBWACHS, 2009, p. 413) quando afirma que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”.

Optamos por selecionar sujeitos com vivências e olhares diferentes para, a partir de suas experiências, evidenciar as transformações ocorridas no local e correlacioná-las às políticas públicas nas esferas municipal, estadual e federal.

Entre os sujeitos eleitos nesta pesquisa, destacaram-se duas pessoas com idade superior a setenta anos que estão entre os moradores mais antigos de Barra do Riachão, para fazer a escuta de olhares mais vivido sobre o local. Essa escolha justifica-se pelas experiências e lembranças que essas pessoas puderam trazer, para, assim, contribuir com suas memórias para a pesquisa. Nesta ótica, para Bosi (2009), as “memórias de velhos” se ocupam de forma consciente e atenta do seu passado, da importância da sua vida, de tal modo, que suas lembranças tornam-se “uma espécie singular de obrigação social, que não pesa sobre os homens de outras idades: a obrigação de lembrar, e lembrar bem” (Id., p. 63).

Quadro 3.1: Informações dos Sujeitos da Pesquisa

Entrevistado	Sexo		Faixa etária	Grau de Instrução
	F	M		
1	X		51 aos 65 anos	Ensino fundamental
2	X		51 aos 65 anos	Ensino médio
3	X		+ 66 anos	Sem grau de instrução formal
4		X	+ 66 anos	Ensino fundamental incompleto
5		X	21 aos 35 anos	Ensino médio
6		X	36 aos 50 anos	Ensino médio
7	X		36 aos 50 anos	Ensino médio
8	X		21 aos 35 anos	Ensino fundamental
9	X		36 aos 50 anos	Ensino fundamental
10		X	51 aos 65 anos	Superior completo
11	X		36 aos 50 anos	Superior completo
12	X		51 aos 65 anos	Ensino médio

O entrevistado 3 veio morar em Barra do Riachão desde os cinco anos, contou-nos sobre o crescimento do povoado, sobre aspectos de sua vida no local e disse que, quando é solicitado pelas artesãs, envolve-se na produção.

Barra do Riachão... Eu só tinha 5 anos de idade, mas com muitos anos ele foi mudando poucas coisas. Essa vila era com 22 casas, só 22 casas e a capelinha. Aí, com muitos anos ele foi mudando alguma coisa muito pequena e agora já está uma vila, né, desse tamanho. E o povo muito pobre, a pobreza aqui era enorme. A salvação do povo aqui era esse rio e não era poluído assim, porque tinha pouca gente. Uma vila com 22 casas já deixa ver que os moradores são poucos, ninguém bagunçava na água, né? Aí todo mundo se servia do peixe, porque eram todos pobrezinhos. E a cultura daqui era a agricultura.

O diálogo com esse entrevistado possibilitou o entendimento de como se dava o acesso à terra, ao trabalho, à educação, à saúde e aos rendimentos, e permitiu, também, a reflexão sobre as implicações das políticas sociais implementadas a partir da Constituição de 1988, entre elas, a incorporação dos trabalhadores rurais à previdência social em 1971: “Graças a Deus chegou a aposentadoria”.

Sobre a presença do poder público na comunidade, o entrevistado 4 afirma:

(...) sou filho de agricultor e [...] as coisas não acontecem da noite para o dia. [...] a política também constrói, hoje a gente tem que exigir, temos que cobrar. A gente aqui falta mais... que os homens do *poder* cuidem mais aqui da Vila. A gente falta uma praça, a gente quer uma área de lazer. Queremos que a assistência médica melhore. A escola daqui é muito boa, que atende a mais de 500 alunos. Olhe a juventude aqui estuda, né, até que estão tendo uma oportunidade, que essa escola daqui, ela desenvolveu muito, e tá saindo daqui muita gente preparada para o mercado... Na região de Barra do Riachão, tem muita gente trabalhando na cidade de Caruaru. Estão se deslocando. Isso é recente, isso é negócio assim de... uns 5 anos pra cá.

Esse depoimento chama a atenção para a questão do poder. Nessa direção, Oakley e Clayton (2003) afirmam que o poder tem papel preponderante na determinação dos que prosperam e dos que não prosperam, tanto no nível familiar quanto no das relações entre os diferentes membros da sociedade, bem como frente às estruturas administrativas que regulam a vida em sociedade. Os autores reforçam que estudos sociológicos distinguem “três formas básicas de poder – social, político e econômico – e demonstram que o acesso a essas diferentes fontes de poder pode ter um efeito benéfico na habilidade para progredir do indivíduo, da família ou do grupo” (OAKLEY E CLAYTON, 2003, p. 8).

Romano (2002) ressalta que o empoderamento tem como objetivo maior abolir as relações de dominação, as quais sustentam a pobreza, que se reflete na ausência das liberdades substantivas. Portanto, o que se pretende alcançar com o empoderamento é a construção de relações e ordens mais justas e equitativas.

Sobre a produção artesanal e a constituição de um grupo de trabalho, o entrevistado 1 opina:

A convivência, o coletivo, o que a gente via, o que via antes, todo mundo... começou pela questão de trabalhar junto, começa pela questão da rede, né? Cada qual fazia sua rede lá no canto, sentada, né, debaixo do pau, na porta do mercado, mas cada qual era no seu. Aí, depois de lá para cá, começou a trabalhar o coletivo, quando fez o grupo, pequeno, mas fez um grupo, é um grupo, e a gente consegue através deste grupo... chamar as pessoas para as reuniões... o coletivo...

O entrevistado 5 planeja ingressar na universidade; nos horários livres, apoia o grupo de artesãs. Em relação à ocupação no lugar, ele nos conta sobre a dependência dos agricultores não proprietários em relação à propriedade, a precariedade do acesso aos meios de trabalho e a pobreza dos agricultores, nos locais onde os médios e grandes proprietários substituíram a produção agrícola pela exploração da bovinocultura.

A criação de gado tirou aquela cultura de antigamente em que o pessoal trabalhava na terra, utilizava a lavoura. Você não vê uma roça mais. Terras riquíssimas se transformaram em cercado, pastagem. Todas, até as margens do rio. Perto do rio poderiam ser utilizadas de forma consciente e utilizar a água do rio.

O entrevistado 6 sempre viveu na Vila. Em 2008, envolveu-se na mobilização da comunidade local para a construção de uma passagem molhada para ligar o Distrito ao município vizinho, Agrestina. A importância desse município para a localidade deve-se à proximidade, visto que é em Agrestina que as pessoas recebem seus rendimentos, aposentadorias, realizam compras. Quando os prefeitos viram que, à revelia deles, a construção estava tendo sucesso, a prefeitura de São Joaquim do Monte e a prefeitura de Agrestina passaram a contribuir com a doação de material. De acordo com o entrevistado: “Em relação à construção da passagem molhada, a comunidade tinha interesse tava disposta a ajudar e os políticos foram os que menos ajudaram”.

Discorremos sobre o espaço rural e perguntamos sobre a agricultura:

A agricultura aqui... na época que eu era moleque, tinha muita agricultura. Mas acabou-se há 20 anos atrás, acabou-se a agricultura aqui da nossa região. Aí algumas pessoas venderam um pedacinho de terra, o pouco que tinham, venderam aos grandes, aos ricos. Aí os ricos não tiveram interesse na agricultura. Por isso que a nossa vida não cresceu.

Sobre essa referência do entrevistado em relação à substituição da agricultura pela pecuária, note-se o que Wanderley (2009, p. 60) considera:

Além de desperdiçar terras, o modelo de modernização brasileira desperdiça os próprios agricultores. Em consequência, a agricultura familiar se constitui como um

setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção.

A entrevistada 8 veio viver na localidade em 1990 e aprendeu o ponto de rede quando chegou à comunidade. Hoje também integra o grupo de artesãs e é considerada uma das mais criativas e habilidosas em relação à qualidade do que produz. Em relação ao artesanato do ponto de vista da geração de renda a entrevistada opina:

Eu achei que foi bom, né, porque desenvolveu mais o setor onde nós vive, ficou mais desenvolvido, nós conheceu várias pessoas. Melhorou muito a gente conhecer lá fora o trabalho da gente. Tive uma oportunidade de ir pra feira da Fenearte, divulgar lá o produto. E esse ano que tá... esse ano agora (2012) eu fui e fiz parte da feira, adorei, gostei muito. E provavelmente eu queria ir de novo, mas infelizmente não vai ser possível. Muita gente... tinha muita gente, trouxe bastante gente para o grupo. Só que o povo não viu recurso, aí as mulheres começaram a desistir. Porque, por exemplo, quem tem vários filhos, não vai tá perdendo tempo ali. Ela tem que ir buscar outro recurso fora. Ela não vai ficar esperando pra daqui a 1 ano, na feira da Fenearte, ganhar dinheiro, ou de vez em quando, quando vem alguém de Recife aqui comprar alguma peça. Aí não tem como ficar...

Uma das barreiras mais evidentes para o empoderamento e que está presente nesta fala é a insegurança econômica, mediante a irregularidade das oportunidades de vendas, o grupo das artesãs não auferem uma renda mensal com o artesanato, neste sentido, o que pode ocorrer é o enfraquecimento do trabalho coletivo (HOROCHOVSKI e MEIRELES, 2007).

E ainda, sob a luz da compreensão de Romano (2002, p. 18): “O conceito de capacidade não significa só as habilidades das pessoas, mas também oportunidades reais que essas pessoas têm de fazer o que querem fazer”. Ao mesmo tempo, o mesmo autor (2002) destaca que o empoderamento enquanto desenvolvimento das capacidades das pessoas pobres e excluídas e suas organizações, é um processo relacional e conflituoso. Romano (2002, p. 18) afirma que o aspecto “relacional sempre envolve vínculos com outros atores, há que se considerar o tecido de relações de poder nas quais a pessoa está inserida”. É “conflituoso porque diz respeito a relações de dominação, explícitas ou implícitas”, e, portanto, decorre da busca de mudanças nas relações de poder existentes. As alterações nessas relações de poder não ocorrem em geral sem conflitos de alguma ordem, por conseguinte, no trabalho de empoderamento, se trabalha com a resolução, negociada ou não, de conflitos.

Essa entrevistada 9 também relatou que quando o grupo precisa ampliar a produção está sempre disponível. Perguntamos sua opinião sobre a transformação do ponto da rede em acessórios.

Eu achei boa. Sempre quando [...] conversavam com a gente pra gente... fazer uma coisinha diferente, “*vamos fazer pra ver se vende*”. Até teve um tempo que levou bastante colar e saiu muito. Saiu muito colar mesmo. Era sempre bom. Tudo que a

gente inventava de fazer, não vendia muito, mas vendia, sempre ajudava. Porque o artesão era assim, quando se apurava, dividia pra todas que trabalhou. “*olha tá vendendo... olha as meninas lá tá vendendo bem, graças a Deus que tão vendendo*”, tinha vez, tinha outras que diziam “*não vendeu quase nada*”, e assim ia desanimando a gente, mas... nunca me desanimou de parar de vez não, sabe o artesão. A gente tinha sempre um apoio da prefeitura, não tinha tanto não, mas a gente tinha. Era bom.

Percebe-se no relato do entrevistado uma faculdade crítica,

[...] o poder de fazer e de ser capaz, [...] diz respeito à capacidade de fazer, [...] implica superar décadas de aceitação passiva e fortalecer as habilidades de grupos marginalizados para que se envolvam como atores legítimos no desenvolvimento (Oakley e Clayton, 2003).

O entrevistado 2 nos conta sobre sua vida:

(...) sabe, desde a minha época, todo mundo é tão unido, é tão carente, que num precisa pedir, um passa e fala “fulano tá ali, tem quantos filhos? E num tem um trabalho, ninguém tem uma renda ali”, aí vem um lá do sítio e traz a macaxeira, o outro traz a farinha, o outro, “olha fulano num tem nada”, leva uma batata, sabe, então eu acho que é por isso. Antigamente já era assim, claro que hoje mudou muita coisa, mudou o poder, hoje não tem mais aquela pobreza de antigamente, porque existe Bolsa Família que não existia, hoje todo mundo pode ir no supermercado e fazer sua comprinha, comprar um leite para o seu filho, porque tem aquela rendinha e antigamente num tinha. Então eu acho que já vem da cultura, da união, de ajudar, de sentir na pele. E na enchente, o que eu senti da enchente, a solidariedade do povo, da gente ter que ir para o colégio. Nós largamos casa, daqui 1 metro d’água, então largamos a casa do jeito que tava, “vai todo mundo lá para o colégio”. Então nessa de ficar no colégio, a gente viu que chegava água, alimento para gente, tinha sopinha, vinha de fora, vinha da Barra, vinha de Agrestina, vinha de São Joaquim, sabe, chegou a vim de São Paulo. Então é uma passagem difícil, mas eu aprendi muito, sabe, eu aprendi muito, e ali tava o pobre, o mais pobre da vila, com o mais rico da vila, tava todo mundo ali no mesmo barco.

Os relatos nos permitem afirmar que no cotidiano as relações no campo são guiadas por valores sociais como a solidariedade, a cooperação espontânea, a fraternidade; os laços de confiança são próprios à população e ultrapassam os laços familiares e de parentesco.

O entrevistado 7 destaca-se pela capacidade de mobilização e articulação. Em relação à migração dos jovens promotores de municípios saudáveis e promoção da saúde [...] para a cidade de São Paulo, afirma que:

(...) aprenderam muito como promotor, aprenderam o que é ter uma vida decente, só que essa vida não existe em Barra do Riachão. Barra do Riachão não dá a chance desses jovens crescer aqui, eu não vejo. Antigamente se existisse faculdade era um milagre de Deus. Num tinha não nenhum daqui fazendo faculdade. Agora tem, deixo eu ver... tem três em Caruaru, tem [...] ... tem uns oito a dez fazendo faculdade, tudo daqui. E os que tão fazendo magistério, matemática, eles pretendem ensinar aqui. Aí é o que eu digo a você, eles tão buscando lá fora para distribuir em Barra do

Riachão, né, para realizar o sonho deles de ensinar aqui, mas para isso tem que sair daqui. Tem um mesmo que está fazendo matemática e disse que quer ser professor dessa escola.

Observa-se neste depoimento o sentimento de pertença dos jovens que partem em busca de oportunidades, sem perder os vínculos afetivos com o mundo rural. Então dialogamos com Maria Nazaré Wanderley (2009, p. 18), quando afirma que:

A intensidade da vida local depende, em grande parte, das possibilidades econômicas, sociais e culturais acessíveis à população das áreas rurais, de modo especial, as oportunidades de trabalho e o acesso a bens e serviços que constituem os fundamentos indispensáveis à própria permanência no campo.

O entrevistado 10 opinou que a implantação do ensino médio no Distrito e outras formações promovidas no local contribuíram para modificar as pessoas do local e exemplifica: “O que mudou acho que o modo de agir, o modo de falar, o modo de pensar, em tudo, né, em todos os aspectos. Mais dono de si”.

Em relação ao trabalho das artesãs, disse que:

É as mulheres continuam trabalhando fora, lá no espaçozinho que fizeram na própria vila. E que assim, tá mais parado, num tem aquele incentivo todo, num tem aquela animação, num tem mais evento, num tem amostra cultural, num tem nada.

O entrevistado 11 relatou que no tocante à educação a comunidade conquistou a instalação do Ensino Médio no Distrito, e explica que anteriormente os alunos, ao concluir o Ensino Fundamental, precisavam se deslocar para a sede do município para cursar o Ensino Médio, então, muitos paravam de estudar. Alguns abandonavam por questões de trabalho e as jovens principalmente por causa do casamento. Antes da implementação do Ensino Médio no Distrito, deslocavam-se para a sede do município:

[...] em grupos pequenos uns 10, 15 alunos por ano. Porque o pessoal, os estudantes de lá são da zona rural a maioria (...). E eles trabalham, agora não, como é lá mesmo, eles podem trabalhar no horário normal, facilitou bastante pra eles.
[...] muitos jovens que não terminavam e voltaram a estudar. Barra do Riachão agora tem em torno de 120 alunos que cursam o Ensino Médio.

O entrevistado 12 avaliou o apoio da última gestão municipal para o desenvolvimento do trabalho das artesãs:

O apoio... eu acho, na verdade, eu acho que eles não tiveram apoio nenhum, eles fizeram tudo aquilo tudo com o esforço deles mesmo. Pelo pouco tempo que eu passei lá, vi que o esforço era deles mesmo e eles não tinha nenhum recurso do

município pra ajudar, sempre era a universidade que vinha, trazia esse apoio e ... mas o município pouco. Eu acho que o município, o que ele fez por ali foi só carro mesmo, quando as lideranças iam pra Recife resolver alguma coisa. Mas prá ele mesmo, de manter alguma coisa não. Que eu saiba não, pelo menos é o que eles repassam.

A nossa aproximação com o local possibilitou o acompanhamento das mudanças que paulatinamente instalaram-se na localidade, algumas, fruto das políticas de inclusão e de distribuição de renda do governo brasileiro e da recente revitalização do desenvolvimento econômico de Pernambuco, que ampliou o número de empregos.

Neste sentido, a proximidade da localidade do município de Caruaru viabilizou a inserção produtiva e ao mesmo tempo a oportunidade de qualificação pelos jovens. Em vista disso, Galvão (2012, p. 13) aponta que:

(...) sucesso das políticas de estabilização da moeda; os aumentos reais no salário mínimo; as aposentadorias rurais e urbanas para não contribuintes da previdência; os programas de transferência direta de renda para as populações mais pobres; e o aumento do crédito bancário. Todos esses fatores exerceram extraordinário impacto sobre a redução da pobreza no país como um todo e, sem dúvida, um impacto mais que proporcional, sobre a pobreza nordestina.

O que se observa, há cerca de uma década, é a ascensão social e econômica das camadas mais simples da população motivada por políticas públicas compensatórias e inclusivas implementadas pelo Governo Federal, por meio de programas de transferência de renda e do aumento real do salário mínimo (SINGER, 2012; WANDERLEY, 2011). Além disso, as pessoas da comunidade que tiveram suas casas atingidas pela enchente são beneficiárias de um programa do Governo do Estado, de acordo com o Entrevistado (1):

Logo após a cheia, vai fazer 3 anos [2010] que o povo recebe R\$ 150,00 que é para pagar aluguel, que as casas foi distenhorada e o povo que tem o Programa Reconstrução, quem foi atingido pela cheia recebe R\$ 150,00 por mês, a gente agora tá esperando o Programa Chapéu de Palha que é mais um complemento da seca, que o município também ainda não foi beneficiado, ainda não foi liberado.

Outro evento importante é o fato de a comunidade acompanhar os primeiros jovens a ingressarem na universidade, por meio do Programa do Governo Federal Universidade para Todos, o ProUni¹¹, que é destinado aos estudantes oriundos da rede pública de ensino, que

¹¹ Para concorrer a uma bolsa, o estudante deve participar do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), na edição imediatamente anterior ao processo seletivo do Prouni, e obter a nota mínima nesse exame, estabelecida pelo MEC. Deve, também, ter renda familiar de até três salários mínimos por pessoa, e satisfazer a uma das condições abaixo:

. ter cursado o ensino médio completo em escola pública ou em escola privada com bolsa integral da instituição;

também inclui bolsas às pessoas com deficiência e aos autodeclarados pretos, pardos ou índios. Segundo o entrevistado 1, a presença dos estagiários do Projeto (MSNB) estimulou os jovens a sonharem, a ampliarem seus horizontes. Ele nos relata que a participação de membros da comunidade em reuniões na própria localidade, e os eventos realizados pelo Projeto (MSNB) nos municípios e em Recife, como os seminários e oficinas, foram promotores de troca de experiências e reflexões, assim ele nos diz:

Aí o que é que acontece, essas reuniões... faz muitos comentários, muitas perguntas, né, e muitas discussões, e nessas discussões tem as discussões criativas, “ah mas tu deve fazer isso, você deve estudar, ... terminar o 3º ano para fazer o vestibular, fazer o Enem, aqui não tem trabalho, então vai em Caruaru, vê aonde tem”, isso foi gerando um intercâmbio, uma comunicação, todo mundo participa, reunião todo mundo participa, não todo mundo, mas um vai passando para o outro, e um dia um participa e o outro participa. E então eu acredito que essa iniciativa, a universidade aqui também isso muda porque quando um jovem que tá estudando ele se depara com outro grupo de universitários, “ah fulano tá fazendo isso”, e conta aquela história para ele, “não eu também sou pobre, eu hoje to fazendo faculdade, mas eu sofro muito, eu sou pobre, tô trabalhando para fazer uma faculdade, tô conquistando”, então são coisas assim que começa a gerar expectativa, e eles ficam confiante e começa a querer fazer também né, acha que pode, acha que pode, porque você vê... há 20 anos atrás tinha uma dona de casa aqui que ela não sabia ir nem em Caruaru fazer uma compra, aí hoje a gente tem um jovem com 18 anos que já sai para Caruaru, já vai trabalhar, até de moto sozinho, ele de lá para cá. Então, assim, eu acredito que muito foi através desse projeto, porque se não fosse isso o pessoal daqui dificilmente ia conhecer, por exemplo, Recife, só conhecia Recife quando ia doente, morrendo, tava para morrer, né, ia curar lá dentro de Recife, no Hospital Santo Amaro, e hoje a gente, tem gente aqui que já saiu até para fazer uma apresentação na beira da praia, aí são coisas assim que vão...

Nessa direção, na comunidade de Barra do Riachão, as artesãs buscam no artesanato uma possibilidade de geração de renda, de oportunidades, bem como da inserção dos jovens numa atividade produtiva, oportunizando a fixação destes no local. Este é o caminho do desenvolvimento local compreendido por Buarque (2002, p. 2) “como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenos agrupamentos humanos ou territoriais”.

Na definição de Buarque o desenvolvimento local é fruto da interação entre qualidade de vida da população local, como percebemos neste excerto “redução da pobreza, geração de riqueza e distribuição de ativos” (2002, p. 27). Essa interação deve ser mediada pela

. ter cursado o ensino médio parcialmente em escola pública e parcialmente em escola privada com bolsa integral da instituição;

. ser pessoa com deficiência;

. ser professor da rede pública de ensino básico, em efetivo exercício, integrando o quadro permanente da instituição, e estar concorrendo a vaga em curso de licenciatura, normal superior ou pedagogia. Neste caso, a renda familiar por pessoa não é considerada.

governança, pela sociedade organizada a qual teria o papel de opinar sobre investimentos e políticas públicas e pela distribuição dos ativos sociais, que compreendem conhecimento representado pela escolaridade e pela capacitação tecnológica.

No caso, a estratégia de desenvolvimento local fomentada teve como alicerce as potencialidades locais e o empenho das instituições parceiras, as quais foram importantes para fortalecer a confiança do grupo, a articulação, a viabilidade e a comercialização dos produtos. Um eixo importante nesse sentido foi o enfoque educativo que permeou toda a estratégia de construção de Município Saudável. Primeiro, foi realizado o curso de Promotores de Municípios Saudáveis e Promoção da Saúde¹². Ao longo do processo, vieram aprendizados específicos, a partir do desejo das artesãs em gerar renda e promover qualidade de vida, as instituições parceiras promoveram a integração do Departamento de Design da UFPE na comunidade, com a finalidade de desenvolver a produção, sem perder de vista a identidade, mas ativando a potencialidade e a criatividade do grupo. Essa interação promoveu a inovação e a diversificação da produção.

Entende-se que a proposta de Municípios Saudáveis foi legitimada no local porque houve uma identificação com os desejos da população quanto à melhoria da qualidade de vida, com respeito à identidade local, às tradições e sua história.

¹² Relação dos cursos promovidos em Barra do Riachão, Apêndice D.

Capítulo 4

Neste capítulo, apresentamos os resultados dos dados coletados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com os promotores de municípios saudáveis, artesãos, munícipes e gestores. Esta análise está ancorada também em documentos oficiais e nos relatórios de monitoramento.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO

Com base na análise de conteúdo realizada tanto com a transcrição das entrevistas quanto com a análise documental (abrangendo a que se refere ao monitoramento realizado no período de 2006 a 2008), apresentamos o esquema abaixo que busca traduzir o processo de empoderamento em Barra do Riachão.



4.1 Empoderamento pessoal

O processo inicial da pesquisa apontou a necessidade de analisar o empoderamento no âmbito individual, em que as pessoas simples começam a trilhar caminhos em busca de alternativas, afirmando-se como sujeito de direitos e um comportamento autoconfiante. Dessa forma, identificamos quatro categorias, quais sejam:

- Ganho de autonomia: reflete-se em processos subjetivos que fortalecem o sujeito em sua habilidade para realizar escolhas (LÓRIO, 2002).
- Elevação da autoestima: reflete-se em processos subjetivos que fortalecem o sujeito em sua habilidade para realizar escolhas (id.).
- Aumento da autoconfiança: amplia-se a competência e a capacidade de tomada de decisões em questões que afetam suas vidas (id.).

- d. Desenvolvimento de capacidades individuais e qualificação profissional: reflete-se na busca de oportunidades e ações com maior controle sobre suas escolhas. (id.).

A pesquisa demonstrou que houve aumento da autonomia entre os envolvidos nos processos, pois, com base nos relatos, podemos inferir que as pessoas apresentam maior habilidade para realizar escolhas nas esferas individual e coletiva.

O entrevistado 2 traz observações sobre as mudanças no local no tocante à autonomia dos jovens:

[...] Os jovens, o que incentivou eles... acho que eles querem crescer, querem estudar, querem conhecer o mundo afora. [...] Eles buscam autonomia, eles querem ser livre. Eu vejo os meninos daqui tudo fazendo faculdade.

Corroborando o discurso do entrevistado acima o registro do monitoramento (16/10/2007):

[...] acrescentar na comunidade a vontade e capacidade de lutar por seus ideais, observando que cada comunidade tem poder de se realizar formando parcerias e não apenas esperando realizações políticas.

Segundo a compreensão de Lório (2002, p. 25; Horochovski e Meirelles, 2007), o empoderamento deve levar a processos de “mudança a nível individual, não apenas em termos de controle de recursos, mas também em termos de uma maior autonomia e autoridade sobre as decisões que têm influência sobre a própria vida”. Nessa direção, destacaram-se no discurso dos entrevistados as políticas públicas de inclusão adotadas pelo País nos últimos anos. Realçamos que Gohn (2008) confirma essa assertiva quando, em suas análises, aponta o programa de cotas nas universidades, o ProUni, como facilitador do acesso ao ensino superior.

Quanto à elevação da autoestima, segundo o entrevistado 7, a valorização da atividade artesanal pelas Instituições parceiras e nos espaços de comercialização, associada à diversificação da produção assim como à possibilidade de ampliação da renda familiar provocaram:

[...] a formação do grupo ‘Arte Calango’ por que quando você conheceu Barra do Riachão a gente não tinha esse grupo e a gente nem tinha ideia que a gente um dia poderia formar um grupo, que a gente fazia rede, né, rede de pesca.

Por sua vez, Villacorta e Rodriguez (2002, p. 47) afirmam que o processo de empoderamento está relacionado no “âmbito interno com autoestima e auto percepção; e no exterior com o controle ou influência sobre o meio a sua volta”, neste sentido, os referidos autores entendem que a elevação da autoestima dos participantes é um resultado que pode produzir transformação nas relações familiares e comunitárias.

Assim, entendemos que as mulheres acreditam estar tecendo alternativas para a geração de renda, para a superação da exclusão no mundo do trabalho e construindo o desenvolvimento local, por meio dos esforços da comunidade e com o apoio das Instituições parceiras.

O entrevistado 2 fez observações sobre as mudanças no local no tocante ao aumento da autoconfiança dos jovens:

[...] A juventude tá mais... sei lá... tá mais confiante, sabe, mais confiança, eu sinto os jovens confiantes hoje, hoje eles sonham, antigamente ninguém sonhava aqui, sabe, não tinha o direito de sonhar, hoje eles sonha. Não sonhavam porque não tinha, a cabecinha já tava que ele não tinha chance lá fora, ele não tinha oportunidade.

Notamos no discurso do entrevistado 6 a presença do sentimento de autoconfiança nas esferas individual e coletiva, relatório monitoramento 16/10/2007:

Vejo que em grupo tudo é mais fácil, sou capaz de fazer muito pelo meu município, por exemplo, a coleta de lixo em minha comunidade, sozinho demoraria muito tempo, se é que conseguiria, mas junto com outras pessoas resolveria o problema em poucos dias.

Antunes (2002, p. 113) ressalta que o caminho do empoderamento teria como “ponto de partida o aumento da autoestima e da autoconfiança das pessoas, das famílias e comunidades que se encontram em estado de pobreza, ou seja, o aumento de seu poder pessoal”. Os resultados encontrados na pesquisa permitem aferir, ainda, que a precariedade na oferta de trabalho no setor público e no comércio, bem como a ausência de terras agricultáveis incentivaram os jovens a trilharem caminhos alternativos, afirmando-se como sujeitos de direito e de um comportamento autoconfiante.

Com efeito, a presença dos técnicos, professores e estudantes envolvidos com o Projeto na localidade promoveu diálogos, estimulou reflexões e propiciou um ambiente favorável ao aumento da autoconfiança nas pessoas, com a valorização da identidade, respeito à cultura e ao pertencimento local.

Na última década, destacaram-se, no País, políticas públicas voltadas para o jovem, na perspectiva do desenvolvimento de capacidades individuais e qualificação profissional. Nesse quesito, destacou-se na localidade o Programa Universidade para Todos (ProUni), promovido pelo Governo Federal, que incentiva a formação universitária. Dessa forma, observou-se na comunidade o ingresso dos primeiros jovens no ensino universitário.

De acordo com o entrevistado 4, a educação teve papel relevante no desenvolvimento das pessoas da localidade:

Olhe a juventude aqui estuda, né, até que estão tendo uma oportunidade, né, que essa escola daqui, ela desenvolveu muito, e tá saindo daqui muita gente preparado para o mercado. Eles vão para Caruaru. Aqui vem... na região de Barra do Riachão tem muita gente trabalhando na cidade de Caruaru.

Corroborando com esse depoimento a nossa observação de que recentemente percebemos a ausência de jovens nas ruas e calçadas da comunidade, jogando, ouvindo música ou conversando, atividades que são comuns nos pequenos municípios do Nordeste Brasileiro. Durante o desenvolvimento do presente trabalho, ao percebermos a ausência desses jovens, fomos informadas pela própria comunidade que eles e elas estão trabalhando em Caruaru. Entendemos nesse estudo que o empoderamento pessoal, em uma perspectiva de cidadania, envolve a inserção no mundo do trabalho como elemento chave de integração social e de mobilidade social e espacial.

Os depoimentos dos entrevistados assinalam que o município de Caruaru se constitui, na atualidade, em um importante polo dinamizador para a região agreste do Estado de Pernambuco, uma vez que apresenta importante crescimento econômico, o que tem facilitado a empregabilidade de pessoas dos municípios vizinhos, a exemplo dos jovens de Barra do Riachão. Além disso, ressaltam-se os investimentos do Governo Federal com a instalação de um campus da UFPE no referido município e consequente implantação de cursos de graduação, assim como a presença de outras instituições de ensino, que também têm oportunizado aos jovens de Barra do Riachão acesso ao ensino superior. Note-se a fala do entrevistado 7:

Antigamente se existisse faculdade era um milagre de Deus. Num tinha não nenhum daqui fazendo faculdade. Agora tem, deixo eu ver... tem três em Caruaru, tem [...]... tem uns oito a dez fazendo faculdade, tudo daqui. Aí eles têm que trabalhar lá fora para conseguir pagar a faculdade, pagar e se manter, né, aí tem que ir para ralar.

A migração dos jovens para Caruaru pode ser explicada pela redução das terras agricultáveis, as quais foram destinadas à atividade da bovinocultura, levando a juventude a buscar oportunidades fora do município. Ao mesmo tempo, a implantação do ensino médio no Distrito proporcionou a oportunidade de concluir a formação básica, ampliando, dessa maneira, a empregabilidade desses jovens.

É importante ressaltar que a escola instalada naquela comunidade alcançou a maior nota no IDEB¹³, no nível do ensino fundamental, dentre as instituições de ensino do Município, destacando-se, também, dentre as escolas da Rede de Ensino Público Estadual. Isso reflete, de acordo com os entrevistados, o envolvimento dos professores com a educação e com a escola de uma maneira geral. Desse modo, identificamos um múltiplo pertencimento: alguns professores são cidadãos e eleitores da localidade, tendo se deslocado para estudar fora e retornado ao local de origem para exercer o magistério.

Villacorta e Rodriguez (2002, p. 55) afirmam que um dos eixos estruturadores do empoderamento é a criação de novos conhecimentos e habilidades. “Isto tem a ver com o acesso à educação formal, mas também com um conjunto de habilidades específicas para se manejar tanto no mercado como na esfera pública”. Sendo assim, o processo de empoderamento envolve necessariamente a criação de conhecimentos e habilidades. A partir dessa perspectiva, Sen (2000) assegura que o conceito de capacidade não significa apenas as habilidades das pessoas, vincula-se também às oportunidades reais que essas pessoas têm de fazer o que querem fazer.

4.2 Interação entre os pares

Denominamos de interação entre os pares os processos de interação, articulação, de organização e mobilização comunitária que se desenvolveu na localidade, recentemente, tais movimentos garantiram e/ou ampliaram políticas públicas, e o acesso a espaços de tomada de decisão. Assim, a análise das entrevistas permitiu observar que existem pontos de resistência e consciência de parte das pessoas das iniquidades presentes no local. Entretanto, observamos que elas ainda não têm consciência do poder que possuem.

Então dialogamos com Kleba e Wendausen, (2009, p. 737) quando afirmam que “a riqueza do processo de empoderamento está em desvendar as relações de poder, buscando transformá-las em relações mais equânimes. Isso requer a construção de uma nova subjetividade, mais crítica e livre, em que se permite questionar o instituído”.

¹³ Índice do MEC que afere o Desenvolvimento Educacional Brasileiro.

Nessa abordagem, Ilse Scherrer-Warren (2006, p. 122) ressalta que as relações sociais estão impregnadas “pelo poder, pelo conflito, assim como pelas possibilidades de solidariedade, de reciprocidade e de compartilhamento”. E conclui assegurando que o importante é compreender como se produz o “equilíbrio entre essas tendências antagônicas do social e como possibilitam ou não a autonomia dos sujeitos sociais, especialmente os excluídos”.

O monitoramento das ações dos PMS (relatório, 31/08/2006) revelou uma articulação entre a Escola e os PMS, que resultou em uma representação destes nas reuniões do Conselho Escolar, cuja discussão pautou, entre outros assuntos, o uso da verba da educação e suas prioridades, bem como, ressaltou-se, a abertura da Escola para apresentação aos professores da proposta de Municípios Saudáveis. Nesse sentido, a escola que contribui com a formação de cidadãos ampliou a discussão sobre a temática ambiental, mediante a interface educação ambiental e Município Saudável, na perspectiva de colaborar para o estabelecimento de uma relação homem/meio perenemente justa e equilibrada.

O entrevistado 11 relata suas observações a respeito da organização da comunidade na resolução de questões de interesse coletivo:

Em Barra do Riachão o pessoal é animado, disposto, quando quer alguma coisa. Não sei se você teve conhecimento, mas eles próprios limpam o rio, fizeram a limpeza do rio que era muito sujo, eles mesmos, sem a ajuda do poder público. Quando eles querem, claro, mas o grande movimento foram eles. Eles são determinados quando eles querem. Isso é uma característica do pessoal de Barra do Riachão, eles são determinados.

De acordo com Horochovski e Meirelles (2007, p. 496), a “confiança para resolução de questões de interesse coletivo está conectada ao desenvolvimento organizacional de redes e a alavancagem de políticas”.

A esse respeito Antunes, (2002, p. 99) afirma que o ponto de partida de empoderamento “é a localidade, porque a sociedade civil é mais prontamente mobilizável em torno de temas locais”, mas destaca que o objetivo é que esse processo avance do nível micro para o meso e o macro, articulados em torno de temas e objetivos comuns.

Em 2006, iniciou-se por meio da mobilização e da sensibilização dos promotores de municípios saudáveis junto à comunidade uma ação de preservação do Rio Una, no trecho situado na localidade, que envolveu diversos moradores. Essa ação previa a limpeza do Rio e de suas margens, como se pode observar na foto a seguir:

Figura 3: Limpeza do Rio



Promotora de Município Saudável e jovens da localidade retirando lixo das margens do Rio Una no trecho que passa em Barra do Riachão. Fonte: Acervo do NUSP.

Segundo Bispo e Oliveira (2007, p. 72), “(...) o lugar vivido é fundamental para a concretização da educação ambiental que se quer reveladora de significados individuais e coletivos”. “É nesse lugar vivido que as representações se manifestam, são produzidas e reproduzidas, criadas e é onde as pessoas estabelecem suas relações”. Com esse olhar e de uma maneira singular, a comunidade tomou para si a responsabilidade de sensibilizar as pessoas quanto à importância de proteger algo que lhes é caro, e que representa fonte de alimento, de lazer e ponto de encontro dos que ali vivem.

Nesse estudo, o sentimento de pertencimento ao local tem papel vital para impulsionar processos de empoderamento. Notem-se as observações do entrevistado 7 em relação ao desejo dos jovens que concluem o ensino superior e almejam retornar ao seu lugar de origem para contribuir com a formação de seus pares.

E os que tão fazendo magistério, matemática, eles pretendem ensinar aqui. Aí é o que eu digo a você, eles tão buscando lá fora para distribuir em Barra do Riachão, né, para realizar o sonho deles de ensinar aqui, mas para isso tem que sair daqui. Tem um mesmo que está fazendo matemática e disse que quer ser professor dessa escola.

Os autores Horochovski e Meirelles (2007, p. 498) classificam o pertencimento como poder identitário e o relacionam à autoestima, à autoconfiança. Kleba e Wendausen (2009, p. 742) corroboram os referidos autores quando asseguram que o empoderamento “promove o

sentimento de pertencimento, práticas solidárias e de reciprocidade”. Ainda sobre essa questão, Ilse Scherrer-Warren (2006, p. 122) destaca algumas orientações político-pedagógicas para as organizações mediadoras do empoderamento:

Atuar no sentido de resgatar a dignidade dos sujeitos socialmente excluídos, porque sem a desconstrução das discriminações introjetadas pelos dominados socialmente não há luta por direitos; atuar no sentido de resgatar positivamente suas raízes (culturais, simbólicas e estéticas), sem abrir mão de avaliações autocríticas transformadoras, potencializando as iniciativas de base para enfrentar e resolver os problemas sociais.

Portanto, é no local que se reforça a identidade, as tradições, as ações afirmativas e o pertencimento, é onde estão as pessoas, os relacionamentos e os laços de solidariedade.

Identificam-se nos relatórios do monitoramento (15/06/2006) que foram realizadas reuniões na comunidade, promovidas pelos Promotores de Municípios Saudáveis nas quais, entre outros objetivos, discutiram-se o projeto de construção de uma praça e o plantio de árvores e flores em frente às casas. De acordo com Romano (2002), ações de pequena envergadura estimulam a participação, o pertencimento e, sobretudo, o reconhecimento da força do poder da ação coletiva.

Em relação às práticas solidárias, sobressai, ainda, uma segunda orientação de Scherrer-Warren (2006, p. 122):

Promover novas formas de ação coletiva junto às populações excluídas, através de trocas solidárias, de trabalho cooperativo, de iniciativas artísticas e místicas, potencializando os mecanismos de reconhecimento social, de solidariedade, de cooperação, de confiança, de reciprocidade.

4.3 Empoderamento comunitário

Entendemos que o caminho que do empoderamento comunitário pressupõe o envolvimento da sociedade civil em movimentos sociais, em conselhos de gestão e na esfera pública formulando e propondo políticas públicas que venham atender demandas dos grupos sociais. Desse modo, o empoderamento comunitário vincula-se a processos de mobilizações que podem ampliar e/ou estimular a autonomia, e ampliar a visão crítica da realidade social.

Realçamos que Elvas e Moniz (2010, p. 451) apresentam aportes teóricos ao processo organizacional comunitário e assinalam que a mobilização dos cidadãos em prol de questões coletivas reforça o aumento do sentimento de comunidade, que no âmbito local significa “uma maior colaboração e força comunitária, mobilização e participação em torno da

mudança social”. Wendhausen; Barbosa e Borba (2006) legitimam esta acepção quando reforçam que a ação coletiva organizada se associa ao suporte mútuo, à ação cooperativa, à autogestão e a movimentos sociais autônomos.

Do mesmo modo, assegura Sotero (2001, p. 27) que a população “agrupada através de movimentos sociais fortes e conselhos locais, faz valer a democracia participativa”. Neste mesmo sentido, Burity (2001, p. 4) destaca que o fato da comunidade estar unida, juntar esforços, e agir na esfera pública, mobilizados em razão de um objetivo coletivo, permite o envolvimento em práticas articulatórias, constituindo-se em atores coletivos.

No percurso da pesquisa de campo, foi relatada pelos entrevistados a realização de ações de interesse coletivo. O entrevistado 6 narrou o desafio da construção da passagem molhada pela população, a qual era de interesse da comunidade já que facilitaria o acesso ao município de Agrestina. Ele afirmou que, durante a construção, se sentiu desafiado:

Pra mim particularmente... me senti vitorioso. Porque algumas pessoas disseram: *“isso é coisa pra um governo, isso nem é coisa para uma prefeitura, isso é coisa pra governo”*. Isso foi me dando força, *“mas nós consegue, nós consegue”*, aí com fê em Deus conseguimos. A cheia... a obra foi tão bem feita, que essa cheia destruiu...destruiu quase... Num destruiu 100% de Barra do Riachão, mas deu um abalo bom em Barra do Riachão e não conseguiu destruir essa passagem.

Esta análise apoia-se em Lório (2002, p. 31/32) quando observa que o processo de empoderamento “é visto como estreitamente relacionado ao de participação” e que, em diferentes países, experiências de processos participativos têm permitido movimentos na direção do empoderamento. Nesse contexto, a participação é uma estratégia fundamental ao enfoque do empoderamento comunitário, uma vez que é na localidade que se encontram os atores fundamentais envolvidos com o processo. Com efeito, a participação engajada amplia a possibilidade de diálogo com a gestão, a apresentação de propostas e de demandas, na expectativa da aprovação de políticas públicas que expressem o interesse da comunidade.

Registra-se no relatório de monitoramento (10/08/2006) que a Associação dos Pequenos Agricultores do Sítio Batente e os PMS articularam financiamento para pequenos agricultores, junto às instituições bancárias do município, no que foi bem sucedida. Na ocasião, o Banco também disponibilizou uma linha de crédito para as artesãs.

A Associação dos Agricultores é uma entidade que representa a categoria e como tal pode intermediar crédito bancário em bancos públicos; essa política de financiamentos para pequenos agricultores e empreendedores foi implementada pelo Governo Federal por meio da expansão de crédito aos mais pobres e está em vigor desde 2002 (SINGER, 2012).

O entrevistado 11 apresenta iniciativas coletivas da comunidade:

[] O pessoal sabe o que quer. O pessoal animado, disposto quando quer alguma coisa. Não sei se você teve conhecimento, mas eles próprios limparam o rio, fizeram a limpeza do rio que era muito sujo, eles mesmos, sem a ajuda do poder público.

[] A construção da passagem molhada? Eles próprios que fizeram, esperaram pela prefeitura, como acharam que tava demorando, eles começaram a fazer, depois a prefeitura também colaborou. Mas eles que iniciaram, eles que iniciaram, foi por conta própria. Assim, eles pediram muito, mas como acharam que não tava vindo, aí começaram a fazer os próprios moradores.

Nesse estudo, o aumento do poder da comunidade é compreendido a partir da acepção de Gonh (2008, p. 448) e decorre de processos de “mobilização social, de participação e de mobilidade social – mudança de comportamento, aquisição de novos valores, acesso a meios de inclusão, etc”. Apela-se para a adesão do outro em uma ação social, com certo sentido já configurado. Neste sentido, entendemos que a mobilização social envolve o processo de uma ação coletiva. Toro (apud Gonh, 2008, p. 449) ratifica que a mobilização social é fundamental para um “plano estratégico de atuação na realidade social visando provocar mudanças de comportamento”. Ademais, Toro (op. cit. p. 449) conceitua a mobilização social como o “envolvimento ativo do cidadão, da organização social, da empresa, nos rumos e acontecimentos em nossa sociedade e se traduz em pequenas ou grandes ações e pode ser desempenhada de diferentes formas”.

Nessa pesquisa, o empoderamento ancora-se no entendimento de Romano (2002, p. 17) “um processo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades assumem o controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida e tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, gerir, criar”.

Registra-se no relatório de monitoramento que os PMS, em (31/08/2006), solicitaram, ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural/SENAR, alguns cursos de qualificação para a comunidade. Foram aprovados e realizados os cursos de elaboração de licor, artesanato de palha de milho, de argila. Então, se dialoga com Sen (2000) quando argumenta que investir na educação básica e nos equipamentos de saúde contribui para a elevação da qualidade de vida; combinados, esses fatores também acrescem a possibilidade da pessoa auferir renda e assim livrar-se da pobreza medida pela renda.

Em relação à sustentabilidade dos processos de empoderamento, observamos que a população da localidade necessita ser nutrida com processos de formação continuada, para que se fortaleça a participação, e se constitua em um espaço criativo, inovador e socialmente articulado. Os resultados da pesquisa expuseram a necessidade de estender a formação de

Promotores de Municípios Saudáveis e Promoção da Saúde às artesãs para fortalecê-las frente aos desafios sociais, econômicos e políticos. Registre-se, ainda, que os jovens que receberam a formação de PMS migraram para outras cidades e estados em busca de oportunidade de trabalho e formação (fortalecidos em sua autoestima e autoconfiança), prejudicando qualitativamente e quantitativamente a equipe local.

Após o relato dos progressos percebidos na comunidade estudada, cabe, do mesmo modo, discorrer sobre os eventos que influenciaram negativamente o processo:

- Incidência de duas enchentes na localidade, sendo que a primeira, em 2010, quase destruiu o povoado. Essa fatalidade, aliás, ocorreu às vésperas da grande feira de artesanato do Estado, a FENEARTE, quando as artesãs estavam com os artigos prontos para a exposição. Na ocasião, além de prejuízos financeiros, como a perda de pertences e residências, bem como do material já confeccionado para a exposição, também houve danos emocionais. Mesmo assim, as artesãs compareceram ao evento com o que foi possível produzir, muito embora com um volume bem inferior ao planejado.
- O Governo do Estado criou o Programa Pernambuco no Batente¹⁴, buscando profissionalizar famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, no qual a localidade foi inserida em razão dos prejuízos causados pelas enchentes anteriormente citadas. Esse Programa animou as mulheres do local e da vizinhança, produzindo expectativas de qualificação e perspectivas de geração de renda. O curso ofertado foi o de corte e costura, envolveu aulas teóricas e práticas, prevendo, ainda, a doação de tecidos e de 16 máquinas de costura. Alegria e esperança foi o sentimento daquelas mulheres diante da possibilidade de aliar o artesanato e a costura e, por fim, formar uma cooperativa. Entretanto, poucos meses depois, a empresa responsável pelo curso e pela aquisição dos tecidos e das máquinas sem justificativa deixou de concluir o Projeto, deixando para trás apenas revolta, tristeza e a descrença.

Posteriormente, no ano de 2012, com a aproximação das eleições municipais, o prefeito em exercício não pôde se candidatar por já estar cumprindo seu segundo mandato. A

¹⁴ O Programa Pernambuco no Batente criou os Centros de Inclusão Produtiva, iniciados em 2007, que foram constituídos para atendimento de famílias prioritariamente beneficiárias de programas de transferência de renda, bem como indígenas e quilombolas. A Inclusão Produtiva é uma ação para promover e fortalecer o trabalho, mediante políticas públicas integradas, por meio da geração de trabalho e renda, inclusão social e promoção do desenvolvimento justo e solidário.

proximidade da mudança provocou insegurança nas lideranças, nos PMS e nas artesãs, uma vez que aquele político havia firmado compromissos com a localidade. Será que o novo prefeito cumpriria os pactos assumidos pelo seu antecessor? E se vencesse o candidato do partido contrário, da oposição? Durante o período da pesquisa, percebemos um clima de ansiedade, medo e insegurança. Ao fim do pleito, sagrou-se vencedor o candidato da oposição ou, como eles costumam dizer, o candidato “do contra”. Pairava no ar, inclusive, ameaças de que o espaço destinado para as artesãs trabalharem seria retomado pela nova gestão. Todas essas angústias refletiram negativamente na motivação e na organização do grupo. A comunidade iniciou o ano de 2013 rodeada de indagações e dúvidas.

Em seus escritos Kleba e Wendausen (2009) ponderam que o papel dos técnicos seria o de mediadores, apoiadores no fortalecimento das pessoas para que encontrem suas próprias soluções e as desenvolvam. Isso faz lembrar um depoimento sobre as conquistas de Barra do Riachão, segundo as palavras do entrevistado 11:

A maioria das coisas foi conseguida através da liderança [...] que pedia. E recebeu o apoio da universidade, aí ficou mais fácil pra ela também, porque a universidade conversava com o prefeito e ele se dispunha a ajudar e não tinha como dizer não, aí acabava alguma coisa fazendo. E melhorou muito a qualidade de vida deles. A questão de renda, salários, hoje em dia é muito melhor. E também, além disso, a ampliação do bolsa família, ficou demais. Tudo tem melhorado assim, a vila é menor, são 2 distritos, Barra do Riachão é o menor e é mais desenvolvido do que Vila de Santana, é que a universidade não chegou lá ainda em Vila de Santana. E o pessoal também embora tem muitos alunos do Ensino Médio que faz faculdade, mas eles são mais quietos.

Gallichio (2002) reforça essa perspectiva com alguns argumentos: a necessidade de um trabalho conjunto de fortalecimento dos atores locais e o reconhecimento dos educadores sociais como atores locais. Por sua vez, aos educadores sociais cabe conhecer a comunidade onde atua ser sensível aos seus problemas, conhecer sua cultura, sua linguagem, valores e expectativas. A propósito, o mesmo autor (Ibid., p. 90) alude, ainda, ao fator tempo para a “necessária compreensão e prosseguimento dos processos e dos âmbitos de análise e reflexão acerca dos fatores detonantes ou iniciadores de processos”.

Para Antunes (2002, p. 100), para ser sustentável,

o processo de empoderamento deve modificar tanto a autopercepção das pessoas como o controle sobre suas vidas e sobre seus ambientes materiais. Considera ainda que embora os agentes externos de mudança possam catalisar ou criar um ambiente de apoio, são as pessoas que empoderam a si mesmas.

Isso remete a Romano (2002), Lório (2002), Kleba e Wendausen (2009), quando destacam que, no processo de empoderamento, instituições com poder diferente são necessárias como catalisadores, por possuírem características diferentes, tomam-se como exemplo: os governos, as academias, as ONGs e as agências de desenvolvimento.

É relevante considerar que na comunidade há lideranças que ocupam espaços de participação e de deliberação, no nível micro, no Conselho Escolar local e, no nível meso, no Conselho Municipal de Saúde e no Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável. Desse modo, a localidade se faz representar, com direito a voz e voto, em espaços políticos nos quais se deliberam, se formulam, se implementam as políticas públicas municipais. De acordo com Jara e Souto (2001), o empoderamento é possível quando as pessoas atuam com reciprocidade, respeito mútuo, tolerância e ajuda social, com o propósito de construir e capacidade de atuar na esfera pública, com consciência e visão estratégica de sociedade.

Na perspectiva de Stotz e Araujo (2004, p. 13), o empoderamento implica ganho de poder, “mediante o qual determinados grupos conquistam melhor posição na sociedade para enfrentar injustiças e opressão”. Do ponto de vista de Wendhausen; Barbosa e Borba (2006), o empoderamento assume significados relativos ao desenvolvimento de potencialidades, e ao aumento de informação e percepção, com a finalidade de que se institua uma participação real.

4.4 O papel dos Promotores de Municípios Saudáveis e de Promoção da Saúde nos processos organizativos e da mobilização comunitária.

Como apresentado, anteriormente, os Promotores de Municípios Saudáveis se constituem em atores sociais que recebeu capacitação pelo PMSNB para serem multiplicadores e promoverem ações saudáveis, intersetoriais e que visem à melhoria da qualidade de vida da população de cada localidade dos municípios-membros, hoje, da Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis.

A pesquisa evidenciou que os PMS de Barra do Riachão têm desenvolvido atividades como multiplicadores e agentes de desenvolvimento local, bem como tiveram papel fundamental na articulação das iniciativas coletivas no Distrito, em nível municipal, com o gestor e na mediação com instituições externas. É importante ressaltar que esse trabalho comunitário orienta-se pela lógica do voluntariado, onde não há remuneração.

Nessa abordagem os Promotores de Municípios Saudáveis (PMS) tiveram papel preponderante nas ações coletivas desenvolvidas na localidade, funcionando como facilitadores dos processos.

No nível micro apresentaram:

- capacidade de iniciativa;
- articulação e mobilização da comunidade;
- manutenção de uma postura propositiva;
- atuação como mediadores da demanda social do micro para o meso.

No nível meso buscaram:

- apoio da gestão para um projeto coletivo de geração de renda;
- um espaço para produção, armazenamento e comercialização do artesanato;
- apoio para a formalização da cooperativa;
- assento no Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e no Conselho Municipal de Saúde.

À luz de uma análise crítica, a pesquisa identificou que os PMS atuaram em quatro dimensões – econômica, social e cultural, ambiental e, finalmente, política. Essa análise ancorou-se nas definições de Gallichio (2002, p. 80), que considera as seguintes dimensões:

- dimensão econômica – vincula-se ao apoio dado às artesãs em direção ao fortalecimento de um projeto de geração de renda;
- dimensão social e cultural – alude à qualidade de vida e à valorização do artesanato local e do pertencimento;
- dimensão ambiental – refere-se à preservação do rio e à coleta do lixo;
- dimensão política – busca fortalecer um projeto coletivo que gere políticas voltadas às demandas e necessidades do local.

As ações coletivas incentivadas pelos (PMS) estão relacionadas à qualidade de vida, ao desenvolvimento local, à participação e à intersetorialidade. Dentre as articulações promovidas por eles destacam-se os cursos profissionalizantes promovidos pelo Senai¹⁵ e Sebrae¹⁶, a integração dos PMS com a equipe do Programa de Saúde da Família, com a equipe de educação, o apoio ao grupo de artesãs, a participação nos Conselhos locais e municipais.

¹⁵ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

¹⁶ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Outro atributo do Promotor é o compromisso com o empoderamento comunitário e pessoal, de acordo com o entrevistado 1:

O promotor típico se empodera. Ele dá sua contribuição para que avance, para que melhore. Eu vejo sempre meus companheiros dando o melhor e ficando mais autônomo e ajudando as pessoas a agirem com mais autonomia e menos medo.

Destaca-se também o compromisso com a solução de problemas. Franco de Sá (2010) sublinha que a formação de PMS focalizou a importância de serem afirmativos e de provocarem as potencialidades das pessoas da localidade, como um modo de se ativar as potências dos sujeitos frente aos desafios do cotidiano. Essa abordagem é ressaltada na comunidade nos depoimentos e nas pequenas iniciativas registradas que estimularam a participação e o controle social da gestão pública, o apoio mútuo, a troca de experiências, e ações coletivas que propiciaram o aumento da autonomia e da autoconfiança.

Conclusão

“A viagem não acaba nunca. Só os viajantes acabam. E mesmo estes podem prolongar-se em memória, em lembrança, em narrativa. Quando o visitante sentou na areia da praia e disse: “Não há mais o que ver”, saiba que não era assim. O fim de uma viagem é apenas o começo de outra. É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que já se viu ver na primavera o que se verá no verão, ver de dia o que se viu de noite, com o sol onde primeiramente a chuva caía, ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de lugar, a sombra que aqui não estava. É preciso voltar aos passos que foram dados, para repetir e para traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem. Sempre”.

José Saramago – viagem a Portugal.

CONCLUSÃO

O presente estudo permitiu evidenciar que houve empoderamento comunitário no distrito de Barra do Riachão, localidade rural do município de São Joaquim do Monte, no estado de Pernambuco, no período de 2009 a 2012, período em que o Projeto Municípios Saudáveis no Nordeste do Brasil (MSNB) já havia encerrado suas atividades. A pesquisa confirmou que a formação de PMS se constituiu em um mecanismo importante para o desenvolvimento e a difusão da estratégia Municípios Saudáveis, portanto, esta formação na localidade analisada incentivou o exercício da cidadania, o pertencimento e a identidade local e estimulou o desenvolvimento de ações coletivas.

O local analisado é a comunidade de Barra do Riachão, um espaço social que se caracteriza por um modo de vida rural, onde primam às relações de solidariedade e as pessoas compartilham de um modo de vida comum no acesso a recursos e serviços, como moradia, trabalho, educação, saúde, renda, cultura e lazer.

Sabemos que o contexto rural brasileiro é caracterizado pelo atraso, sobretudo a região Nordeste, onde predominam as desigualdades sociais e perduram relações autoritárias, clientelistas e paternalistas. Essas desigualdades expressam-se na dificuldade do acesso às políticas públicas pelos jovens e mulheres, além da precariedade de equipamentos sociais disponíveis. Entretanto, há cerca de uma década, esse cenário começou a mudar, com a implantação de programas de transferência de renda (há cerca de dez anos) e do aumento real do salário mínimo, a partir de 2005.

Em razão do nosso envolvimento com o MSNB, brotou um interesse pessoal em desvelar os efeitos daquele Projeto na localidade, considerando o trabalho desenvolvido pelas Instituições executoras (UFPE/NUSP, Estado de Pernambuco/Agência Condepe-Fidem e Governo do Japão/JICA) e o esforço dessa comunidade. A intervenção desenvolvida objetivou estimular ações de desenvolvimento local, tais como: a participação popular, o pertencimento, a autonomia e a identidade dos atores locais, em uma perspectiva de desenvolvimento apoiada na participação, na intersetorialidade, nas políticas públicas saudáveis e na sustentabilidade.

Visualizamos, portanto, que seria importante avaliar o esforço comunitário, o papel dos Promotores de Municípios Saudáveis na mobilização e organização da localidade, além de evidenciar o empenho dessa comunidade e o seu envolvimento com questões do cotidiano de interesse coletivo, na discussão de soluções, na busca de alternativas, na expressão de

opiniões, no ouvir e no ser ouvido e no controle e influência das decisões tomadas, visto tudo isso culminar com a realização de ações coletivas eficazes, capazes de melhorar as condições de vida e de bem-estar nos seus ambientes.

Nessa perspectiva, as três Instituições, ao desenvolver o Projeto MSNB, assumiram o papel de disseminar o conhecimento por meio de formações, envolvendo um arcabouço teórico que considerou saberes e práticas utilizáveis para a sociedade. A formação dos Promotores de Municípios Saudáveis, por exemplo, estimulou a participação, o exercício da cidadania e o envolvimento com o controle social, por meio dos conselhos Municipais e Estaduais, cuja finalidade precípua seria que os atores locais ocupassem os espaços representativos onde tivessem direito a voz e voto.

Este estudo evidenciou que o *empoderamento* é processual, sendo que o primeiro, de caráter subjetivo, reflete no aumento de autoestima e da autonomia. O segundo está relacionado com o controle ou influência da pessoa sobre o meio onde vive. A pesquisa mostrou que estes são processos dinâmicos e não possuem um fim em si mesmo, assim como não ocorrem em etapas.

Salientamos que foram categorizados para efeito de compreensão do estudo. Dessa forma, foram selecionadas três dimensões do empoderamento:

Empoderamento pessoal – Mediante as entrevistas podemos afirmar que houve um aumento na autonomia, autoestima, autoconfiança e na procura por cursos técnicos e universitários para o desenvolvimento de capacidades individuais e qualificação profissional, principalmente pelos jovens da localidade.

Também foi aludido pelos entrevistados que a aproximação da Universidade com a comunidade colaborou com a elevação da autoestima e da autoconfiança, quando promoveu os cursos de Promotores de Municípios Saudáveis (PMS), assim como as formações de curta duração, os seminários e oficinas no âmbito do Projeto MSNB. Do mesmo modo, o intercâmbio dos jovens da localidade com os estudantes/estagiários da UFPE oportunizou o diálogo, a troca de experiências e estimulou a juventude da localidade a buscar oportunidades e a realizar seus sonhos.

De acordo com os depoimentos, entendemos que a presença das Instituições executoras do Projeto fortaleceu vínculos e contribuiu para estruturar o processo de empoderamento, por meio dos cursos de formação, facilitando contatos com outras instituições, construindo alianças, possibilitando a participação dos comunitários em seminários e encontros e, por último, incentivando as lideranças locais na tomada de decisão.

Empoderamento entre os pares – Identificamos na comunidade maior interação entre os comunitários no que concerne à organização e mobilização popular. Algumas ações e conquistas foram relatadas pelos entrevistados, como a instalação de água encanada nos domicílios, a implantação do ensino médio na escola local e o engajamento da comunidade com a preservação do Rio Una. Também foi articulada com a escola local a discussão sobre educação ambiental em sala de aula, como complemento e reforço da questão junto à família. Destacou-se, ainda, o desafio da construção de uma passagem molhada.

Empoderamento comunitário – Embora ações coletivas tenham sido realizadas, a pesquisa indicou que a localidade ainda apresenta fragilidade no enfoque *ação comunitária organizada*, uma vez que se mostrou uma organização comunitária bastante incipiente, com pouca capacidade de preservar sua autonomia frente aos poderes estabelecidos. Entretanto, percebemos que o empoderamento é processual, ocorre em espiral, com avanços e retrocessos.

Ademais, uma estratégia fundamental ao enfoque do empoderamento comunitário é a participação, uma vez que é na localidade que se encontram os atores fundamentais envolvidos com o processo. Entendemos que os PMS estimularam a participação engajada da comunidade, buscaram construir caminhos de diálogo com a gestão, com a apresentação de propostas e de demandas, na expectativa da aprovação de políticas públicas que expressassem o interesse da comunidade.

Ressaltamos que no marco teórico de Município Saudável o processo de empoderamento demanda a adesão da gestão, das organizações públicas e privadas, dos sindicatos e das associações, além da implementação de ações permanentes de capacitação e da criação de condições que favoreçam os grupos envolvidos.

A pesquisa evidenciou ações coletivas dessa população, portanto, observamos que o esforço empreendido pela comunidade contribuiu para ampliar a consciência crítica, desenvolvendo o cuidado e a responsabilidade com o meio ambiente e com os espaços de convivência, o que proporcionou o aumento da cooperação, fortaleceu a solidariedade, as ações comunitárias, a autonomia e o pertencimento.

Reconhecemos que as singularidades do território bem como o empoderamento individual verificado na localidade poderão ampliar o empoderamento entre os pares e, concomitantemente, ações maiores podem ser planejadas e praticadas. Entendemos que o empoderamento, individual e coletivo, representa uma forma de superar a pobreza e a exclusão. A pobreza, aqui referida, diz respeito à privação de capacidades substantivas e à falta de poder pessoal, social, econômico e político.

Desta forma avaliamos que é importante reconhecer as iniciativas desenvolvidas pelos PMS, uma vez que abordaram questões relevantes para a comunidade quando apoiaram a proposta de desenvolvimento local, o que valorizou a identidade cultural e o pertencimento. Além disso, buscaram ampliar o diálogo com a gestão local e a implementação dos direitos sociais como acesso à água tratada, à educação e à saúde.

A experiência identificou que o percurso que envolve a construção de Municípios Saudáveis demanda o fortalecimento dos atores locais e o apoio dos setores públicos, privados, e da sociedade civil, a fim de impulsionar ações coletivas, mediante comprometimento, recursos e apoio técnico das instituições de ensino e pesquisa na elaboração de projetos. Entretanto, verificamos que os avanços na comunidade não se ampliaram como esperado: ocorreram duas enchentes; posteriormente, a descontinuidade do Projeto Pernambuco no Batente; e por fim, o processo eleitoral municipal/2012 (mencionados nas p. 58 e 59). Além dos fatores já mencionados acrescenta-se o limitado apoio institucional da gestão municipal às iniciativas locais. Nesse sentido, o Projeto MSNB propôs por meio da participação, da intersetorialidade e da integração ir além de um modelo de gestão pública arraigada a práticas patrimonialistas e assistencialistas. Uma gestão implicada com princípios de Municípios Saudáveis propiciaria o fortalecimento da sociedade civil, construindo uma sociedade mais democrática, sustentável, criativa, inovadora e articulada, que formula, implementa e controla as políticas dos governos locais. Isso consiste ser um Município Saudável.

Nesta direção, para fortalecer a equipe de PMS, recomendamos que a UFPE e a Agência Condepe-Fidem renovem com a atual gestão municipal o compromisso com os princípios do Município Saudável, com vistas ao estabelecimento do diálogo, ao reconhecimento e apoio às atividades e proposições dos PMS. Também indicamos a realização da formação de PMS para as artesãs e outros interessados com a finalidade de fortalecer, ampliar e estimular a equipe local.

Recomendamos, ainda, que as Instituições UFPE/NUSP e Agência Condepe-Fidem continuem nutrindo as equipes de PMS com oficinas, seminários e cursos, com a finalidade de fortalecer e fomentar o intercâmbio de conhecimento e experiências. Vislumbramos que esse movimento proporcionaria o monitoramento e a avaliação nos municípios integrantes da RPMS.

Aos PMS e às mulheres artesãs, em particular, sugerimos que se mantenham articulados junto à RPMS, atuando também em espaços de participação, a exemplo dos conselhos municipais, tendo em vista, a sustentabilidade do grupo, a organização de novas ações

coletivas e a proposição de políticas públicas. Confiamos ser este o caminho para ampliar a confiança, a reciprocidade e a solidariedade.

Sistematizar esta experiência foi importante para fortalecer o grupo de trabalho de Barra do Riachão, a Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis e Promoção da Saúde, e para reconhecer o esforço e a dedicação dos Promotores de Municípios Saudáveis, além de registrar o trabalho desenvolvido pelas instituições envolvidas, mais especificamente, o Núcleo de Saúde Pública e Desenvolvimento Social da Universidade Federal de Pernambuco. Um trabalho de pesquisa, todavia, não se encerra em si mesmo, antes provoca e inspira outros trabalhos. A temática estudada abre um leque de possibilidades de pesquisas que poderão contribuir para o fortalecimento das iniciativas de Municípios Saudáveis, da gestão pública, da governança. Pode-se, por exemplo, sugerir um estudo sobre capital social nos municípios que compõem a RPMS. Bem como, uma pesquisa sobre o apoio do Governo Federal as iniciativas de Municípios Saudáveis presentes no País em relação à Política Nacional de Promoção da Saúde. Igualmente, se a política de desenvolvimento no Estado de Pernambuco contempla os municípios integrantes da Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis. Outra abordagem pode considerar os motivos e expectativas do gestor municipal ao aderir a RPMS.

Referências

REFERÊNCIAS

- AKERMAN, Marco. *Saúde e desenvolvimento local: princípios, conceitos, práticas e cooperação técnica*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- ALMEIDA, Eurivaldo Sampaio. Cidade/município saudável – a questão estratégica: o compromisso político. *Rev. Saúde e Sociedade*. São Paulo, v. 6, n. 2, ago./dez. 1997.
- ANTUNES, Marta. O caminho do empoderamento: articulando as noções de desenvolvimento, pobreza e empoderamento. In: ROMANO, Jorge; ANTUNES, Marta. (Org.). *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil, 2002.
- BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute. Trazendo o cidadão para a arena pública: capital social e empoderamento na produção de uma democracia social na América Latina. In: *Revista REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 1, p. 125-150, jan./abr. 2007.
- BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. In: *Revista Debates*. Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 173-187, jan./abr. 2012.
- _____. Empoderamento: questões conceituais e metodológicas. *Redes* (Santa Cruz do Sul) v.1, p. 77-94, 2006. Meio de divulgação: Impresso; ISSN/ISBN: 14147106.
- BAQUERO, Marcello. Democracia, participação e capital social no Brasil hoje. In: FLEURY, Sonia; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. (orgs.). *Participação, Democracia e Saúde*. Rio de Janeiro: Cebes, 2009.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Tradução Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa/Portugal: Loyola, 2010.
- BISPO, M. O.; OLIVEIRA, S. F. Lugar e cotidiano: categorias para compreensão de representações em meio ambiente e educação ambiental. In: *Revista brasileira de educação ambiental / Rede Brasileira de Educação Ambiental*. – n.2 (Fev.2007). – Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2007.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política: a filosofia e as lições dos clássicos*. Organizado por Michelangelo Bovero; tradução Daniela Beccacio Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança dos velhos*. 15. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *Projeto Promoção da Saúde*. As Cartas da Promoção da Saúde. Brasília, 2002.
- BUARQUE, Sérgio. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BURITY, Joanildo. Identidade e múltiplo pertencimento nas práticas associativas locais. *Cadernos Estudos Sociais*, Recife, v. 17, p.189-228, jul./dez., 2001.

BUSS, Paulo Marchiori. Uma introdução ao conceito de promoção da saúde. In: CZERESNIA, D., FREITAS, CM. (Org). *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: editora Fiocruz, 2003.

COSTA, A. *Gênero, poder e empoderamento das mulheres*. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM/UFBA, 2000.

DEMO, Pedro. *Avaliação qualitativa*. 7. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2002 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 25)

DOWBOR, Ladislau. *Democracia econômica: alternativas de gestão social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

_____. *O que é poder local*. São Paulo. Brasiliense, 1999.

_____. *A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DUARTE, Mariana Ferraz. *As agendas sociais brasileiras de desenvolvimento local: possibilidades de diálogo, articulações e de convergências*. 2006. Dissertação (Pós-Graduação em Saúde Pública)– Faculdade de Saúde Pública de São Paulo/USP, 2006.

FERRAZ, Sonia Terra. *Cidades saudáveis: uma urbanidade para 2000*. Brasília: Paralelo 15, 1999.

FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Trad. Sandra Netz. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FRANCO DE SÁ, Ronice. *Promotor de município saudável e promoção da saúde: avaliação de uma prática inovadora*. Relatório técnico da pesquisa. Processo APQ 1372-4.00/08. Edital 09/2008 – PPSUS/PE. 2010.

_____; ROYAMA, Harumi. A persistência da memória: uma tentativa de resgatar o histórico do projeto. In: FRANCO DE SÁ, Ronice, NISHIDA, Misa; COUTINHO, Luiz Quental (Orgs.). *Projeto Municípios Saudáveis no Nordeste do Brasil: histórico, avaliação e repercussão*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

_____ et al. *Manual do Método Bambu: construindo municípios saudáveis*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

_____; YUASA, Motoyuki; PINCOVSKI, Sheilla; AGRIPINO FILHO, Djalma. Municípios saudáveis e inclusão social no Nordeste do Brasil. In: *Municípios Saudáveis no Nordeste do Brasil: conceitos, metodologia e relações institucionais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

FRANCO NETTO, Guilherme et al. *Levantamento das iniciativas e redes brasileiras de comunidades, municípios e cidades saudáveis e sustentáveis: modelos, estratégias, resultados*

e parceiros. Apresentado no III Encontro Nacional das Iniciativas e Redes de Cidades, Municípios e Comunidades Saudáveis e Sustentáveis, Recife de 24 a 26 de setembro de 2012. Sessão I Ações Ministeriais e Iniciativas Saudáveis – Distribuição das iniciativas e Redes Brasileiras de Cidades, Municípios Saudáveis e Sustentáveis. DSAST/SVS/MS. Em 24/09/12.

FREIRE, Maria Socorro et al. Formação de promotores de municípios saudáveis e promoção da saúde, ou construção de conhecimento em rede? In: FRANCO DE SÁ, Ronice, NISHIDA, Misa; COUTINHO, Luiz Quental. (Orgs.). *Projeto Municípios Saudáveis no Nordeste do Brasil: histórico, avaliação e repercussão*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GALLICHIO, Enrique. Empoderamento, teorias de desenvolvimento e desenvolvimento local na América Latina. In: *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. ROMANO, Jorge; ANTUNES, Marta. (Org.). Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

GONH, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *Caderno CRH*, v. 21, n. 54, p. 439-455, set/dez. 2008.

HOROCHOVSKI, Rodrigo; MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. Florianópolis, abr. 2007.

JARA, Carlos; SOUTO, Maria Verônica. *As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável*. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Brasília, 2001.

JOPPERT, Márcia Paterno e SILVA, Rogério Renato. *Guia Metodológico para Monitoramento e Avaliação Participativa de Ações Municipais* / Confederação Nacional de Municípios – CNM e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD/Brasil – Brasília: CNM/PNUD, 2012.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates e INOJOSA, Rose Marie. *Desenvolvimento social e intersectorialidade: a cidade solidária*. São Paulo: FUNDAP, 1997.

KLEBA, Maria Elizabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização. *Revista Saúde e Sociedade*. São Paulo, v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009.

LAURENTINO, Aula Luciana. *A rede construída por nós: extensão rural, novas ruralidades e cotidiano em Barra do Riachão, Pernambuco*. Dissertação de Mestrado. 2011. (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX). UFRPE.

LORIO, Cecília. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: ROMANO, Jorge; ANTUNES, Marta. (Org.). *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MEDEIROS, Pollyana Fausta Pimentel. *Análise dos princípios da promoção da saúde no Projeto Municípios Saudáveis no Nordeste do Brasil: a experiência de Sairé/PE*. 2008. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - PIPASC- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

MELO, Ana Paula. *Promoção da Saúde: o olhar dos gestores sobre o Projeto Municípios Saudáveis no Nordeste do Brasil*. 2008. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva)–PIPASC- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

MELO FILHO, Djalma Agripino et al. Seleção das microáreas para atuação inicial do projeto. In: MELO FILHO, Djalma Agripino; FRANCO DE SÁ, Ronice Maria; CHUMA, Junco. *Avaliação do capital social nas áreas de atuação do Projeto Municípios Saudáveis no Nordeste do Brasil*: Barra de Guabiraba, Bonito, Camocim de São Felix, Sairé e São Joaquim do Monte. 2. ed. Recife: Bargaço, 2006.

_____. Perfil dos movimentos e dos líderes comunitários nas microáreas selecionadas. In: MELO FILHO, Djalma Agripino; FRANCO DE SÁ, Ronice Maria; CHUMA, Junco. *Avaliação do capital social nas áreas de atuação do Projeto Municípios Saudáveis no Nordeste do Brasil*: Barra de Guabiraba, Bonito, Camocim de São Felix, Sairé e São Joaquim do Monte. 2. ed. Recife: Bargaço, 2006.

MENDES, Rosilda. *Cidades saudáveis no Brasil e os processos participativos: os casos de Jundá e Maceió*. 2000. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 2000.

MINAYO, Maria Cecília. S. (Org). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 27. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

_____. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 2004.

MISSÃO NIPO-BRASILEIRA DE AVALIAÇÃO. Avaliação final do Projeto Municípios Saudáveis no Nordeste do BRASIL. In: FRANCO DE SÁ, Ronice; NISHIDA, Misa; COUTINHO, Luiz Quental, (Orgs.). *Projeto Municípios Saudáveis no Nordeste do Brasil: histórico, avaliação e repercussão*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

OAKLEY, Peter; CLAYTON, Andrew. *Monitoramento e avaliação do empoderamento (“empowerment”)*. 1. ed. Tradução de Zuleika Arashiro e Ricardo Dias Sameshima. São Paulo: Instituto Pólis, 2003.

ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DE SAÚDE. *Municípios e comunidades saudáveis: guia dos prefeitos para promover qualidade de vida*. Organização Pan-Americana de Saúde. Publicação comemorativa dos 100 anos da saúde. 2002.

_____. *El Movimiento de Municipios Saludables: una estrategia para la promoción de la salud en América Latina*, v. 96-14, abr., 1996.

PERUZZO, Cicilia. Comunidades em tempo de redes. In: ____; COGO, Denise; KAPLÚN, Gabriel (orgs.). *Comunicação e movimentos populares: quais redes? Comunicación y movimientos populares: ¿cuáles redes?* São Leopoldo: Ed. UNISINOS; La Habana: Centro Memorial Dr. Martin Luther King. Jr; Montevideo: Ciências de La comunicación. Universidade de La república: 2002.

PUTNAN, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

RESTREPO, Helena. Conceptos sobre salud urbana. In: RESTREPO, Helena e MÁLAGA, Hernán. *Promoción de la salud: cómo construir vida saludable*. Bogotá: Editorial Médica Panamericana, 2001.

_____. Agenda para la acción em promoción de la salud. In: RESTREPO, Helena e MÁLAGA, Hernán. *Promoción de la salud: cómo construir vida saludable*. Bogotá: Editorial Médica Panamericana, 2001.

ROMANO, Jorge; ANTUNES, Marta. Introdução ao debate sobre empoderamento e direitos no combate a pobreza. In: ROMANO, Jorge; ANTUNES, Marta. (Org.) *Empoderamento e direitos no combate a pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Tradução de Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan/abr. 2006.

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo. Companhia da Letras, 2000.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOTERO, Macyra Régia. *O modelo de cidades saudáveis: um estudo sobre estrutura, desempenho e viabilidade política na administração municipal de Bezerros*. 2001. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste). MPANE/UFPE/SUDENE/PNUD. Recife, 2001.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti; VILARTA, Roberto (Orgs.). *Tecendo a sustentabilidade da Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis: diferentes abordagens da mobilização social*. Campinas, SP, v. 4: Unicamp: Instituto de Pesquisas Especiais para a Sociedade – IPES, 2004.

STOTZ, Eduardo Navarro; ARAUJO, José Wellington Gomes. Promoção da saúde e cultura política: a reconstrução do consenso. In: *Saúde e Sociedade*. v. 13, n. 2, p. 5-19, maio/ago. 2004.

VEIGA, José Eli. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond. 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. *Métodos de pesquisa em administração*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010a.

_____. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010b.

VILLACORTA, Alberto Enriquez e RODRÍGUEZ Marcos. Metodologias e ferramentas para implementar estratégias de empoderamento. In: *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. ROMANO, Jorge; ANTUNES, Marta. (Org.). Rio de Janeiro: ActionAid Brasil. 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2011.

_____. *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WESTPHAL, Márcia; MENDES, Rosilda. Cidade saudável: uma experiência de interdisciplinaridade e intersetorialidade. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, 2000.

YIN, Robert. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Documentos

Projeto Municípios Saudáveis no Nordeste do Brasil. *Relatórios de monitoramento de atividades de Barra do Riachão*. Jul/06; Agost/06; Set/06; 2007; Abri/08.

Documentos eletrônicos

ADRIANO, Jaime Rabelo et al. A construção de Cidades Saudáveis: uma estratégia viável para a melhoria da qualidade de vida? *Ciência Saúde Coletiva* (online), Rio de Janeiro, v. 5, n.1, 2000. Disponível em <http://www.scielo.org/scielo.php>. Acesso em: 20 jun. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Política Nacional de Promoção da Saúde*. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/pactovolume7.pdf>. Acesso em: 10 dez 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Base conceitual do artesanato brasileiro*. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1347644592.pdf. Acesso em: 10 mar. 2013.

BUSS, Paulo Marchiori e CARVALHO, Antonio Ivo de. Desenvolvimento da promoção da saúde no Brasil nos últimos vinte anos (1988-2008). *Ciência Saúde Coletiva* [online]. Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 2305-2316, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-

81232009000600039&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 Mai. 2012.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000600039>

CARVALHO, Sérgio Resende. As contradições da promoção à saúde em relação à produção de sujeitos e a mudança social. *Ciência Saúde Coletiva* [online]. Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 669-678, 2004. ISSN 1413-8123. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232004000300018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 Mai. 2012.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232004000300018>

CATTANI, Antonio David e FERRARINI, Adriane Vieira. Participação, desenvolvimento local e política pública: estratégias articuladas para a superação da pobreza. *Revista Katálysis*, Florianópolis. v. 13, n. 2, 2010. Disponível em:
<http://www.scielo.org/scielo.php>. Acesso em: 25 abri. 2012.

DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?* Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES; Universidad Central de Venezuela, 2004. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/venezuela/faces/mato/Dagnino.pdf>. Acesso em: 02 de fev. 2012.

DELGADO, Nelson Giordano. *Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional*. Instituto Interamericano de Cooperação para a agricultura – IICA e Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. 2009. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/condraf/arquivos/2036220256.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2012.

ELVAS, Susana; MONIZ, Maria João Vargas. *Sentimento de comunidade, qualidade e satisfação de vida*. Análise Psicológica, Lisboa, v. 28, n. 3, set. 2010. Disponível em:
http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312010000300006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 09 dez. 2012.

GALVÃO, Olímpio José de Arroxelas. *A economia de Pernambuco: da longa estagnação a um novo ciclo de crescimento sustentado*. 2012. Disponível em: <http://linkpe.com.br/enpecon/artigos/a%20economia%20de%20pernambuco%20da%20longa%20estagna%20c7%20c3o%20a%20um%20novo%20ciclo%20de%20crescimento%20sustentado.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2013.

GONH, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. In: *Saúde e Sociedade*. São Paulo, v. 13, n. 2, ago. 2004. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 01 de nov. 2011.

HANCOCK, Trevor. *Gobernabilidad para ciudades y pueblos sanos: de salud a desarrollo humano sostenible*. Presentación para la Primera Reunión del foro de Salud Urbana de Ciudad de México. Noviembre, 2007. Disponível em:
http://www.laciudadviva.org/opencms/export/sites/laciudadviva/recursos/documentos/Traduccion_Trevor_Hancock.pdf-6a4eb1625e6599d1b8936d3ad70ceda0.pdf Acesso em: 10 nov. 2010.

ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DE SAÚDE. *Municípios, Cidades e Comunidades Saudáveis: recomendações sobre Avaliação para Formuladores de Políticas nas Américas*. Washington, D.C: OPAS, 2005. Disponível em: <http://www.opsms.org/Portuguese/>

AD/SDE/HC/MCS.ms.org/Portuguese/AD/SDE/HS/MCS_Recomendacoes.pdf. Acesso em: 01 out. 2011.

WENDHAUSEN, Águeda L. P.; BARBOSA, Tatiane Muniz; BORBA, Maria Clara de. Empoderamento e recursos para a participação em conselhos gestores. **Saude Soc.**, São Paulo, v. 15, n. 3, Dec. 2006. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902006000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 Jan. 2013.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902006000300011>.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=202&Itemid=86. Acesso em: 08 jan. 2012.

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php>. Acesso em: 17 dez. 2012.

Base de Dados do Estado/BDE (www.bde.pe.gov.br). Acesso em 17 dez. 2012.

IBGE. População Censo 2010. Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

<http://www2.sedsdh.pe.gov.br/web/sedsdh/downloads>

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=180&Itemid=336&msg=1

<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/PNPS2.pdf>

Apêndice

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Promotores de Municípios Saudáveis

Qual o significado dos processos e da realização do curso de Promotores de Municípios Saudáveis (PMS) na sua vida? Como é envolver-se em processos de articulação e mobilização na localidade, no município e com o Estado? De que maneira as políticas públicas e os programas sociais têm refletido na vida das pessoas da comunidade? Que expectativas e sentimentos as ações coletivas têm operado nos PMS e nos comunitários? Que expectativas foram geradas na comunidade com o desenvolvimento do Projeto (MSNB)? Como definiria a presença do rio na vida comunitária? Quanto são os encaminhamentos para fortalecer o grupo das artesãs?

Artesãs

Quando surgiu a rede de pesca, quem fazia, onde e para quem vendia? Como surgiu o grupo de artesãs? Por que transformar a rede em peças de vestuário e adereços? Que significados tem para as mulheres essa atividade? Por que ‘arte calango’? Como você se sentiu vendo seu trabalho ir para a Fenearte? Os jovens sabem fazer a rede ou se interessam em aprender o ponto? O que você sabe sobre o Projeto (MS), você sabe quem são os promotores de MS? Como é a relação das artesãs com a gestão municipal? Na localidade, quem apoia esse grupo? Quais as suas expectativas com a nova gestão? Em relação à vida em B. do Riachão, nesses últimos anos, o que aconteceu de mais importante? Quais são as políticas e programas que beneficiam as pessoas daqui?

Gestores

Em sua opinião, o que significa a presença da universidade e do Projeto MS na comunidade? Você conhece os PMS? Em sua opinião, que secretarias municipais se envolveram com as iniciativas de MS? Em sua opinião, o que significou para a comunidade e particularmente

para os jovens a implantação do ensino médio na localidade? Você pode nos apresentar algum resultado? Você conhece o artesanato de Barra do Riachão? Você conhece os PMS? Pode nos falar um pouco sobre eles? O que acha dessa iniciativa? Em sua opinião, a nova gestão irá apoiar o desenvolvimento desse grupo?

Comunitários

Quando surgiu este povoado? As pessoas como que viviam? Havia escola? E quando se adoecia? E as mulheres, com que trabalhavam? Quando chegou a luz elétrica e água tratada? Como se iniciou o fabrico de rede? Qual a sua opinião sobre a mudança do fabrico da rede para blusas, colares? Você conhece o Projeto MS? Qual a sua opinião sobre ele? O artesanato mudou a vida dessas mulheres? E a vida dos jovens, qual a sua opinião? Qual a importância do rio para a vida das pessoas daqui? A vida das pessoas daqui está melhor? Por quê? Qual a mudança mais importante em sua opinião?

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa tem como objetivo: Evidenciar ações participativas e de empoderamento comunitário em Barra do Riachão pós-projeto.

Esta pesquisa, realizada por Janete Arruda Araújo, Assistente Social, aluna do Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste da UFPE/MPANE, objetiva ampliar conhecimentos sobre as formas pelas quais a sociedade procura melhorar sua qualidade de vida por meio da participação social e do empoderamento comunitário, no campo da Promoção da Saúde e de Municípios Saudáveis.

Os procedimentos realizados durante o trabalho serão: explicação aos entrevistados sobre os objetivos da pesquisa, coleta da assinatura do entrevistado no termo de consentimento livre e esclarecido, aplicação da entrevista.

Eu, _____

afirmo que, após ser informado sobre os objetivos e procedimentos metodológicos da pesquisa acima referida, concordei em conceder a entrevista à pesquisadora responsável pela mesma, a qual expressou seu compromisso em resguardar a identidade do entrevistado e zelar pelo sigilo em torno das informações confidenciais recolhidas, bem como providenciar a divulgação dos resultados da pesquisa. Até então não foram encontrados na literatura riscos neste tipo de pesquisa. Também fui informado que posso suspender minha participação sempre que assim entender e que poderei obter informações sobre o andamento da mesma por intermédio do contato abaixo mencionado.

Estando, então, de acordo com os termos da pesquisa, assino esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Declaro que recebi uma cópia deste documento.

_____, ____ de _____/2012.

Entrevistado (a)

Janete Arruda Araujo

Pesquisadora Responsável

Contato: UFPE/NUSP 2126.8549

APÊNDICE C

Redes/Iniciativas de Cidades/Municípios/Comunidades Saudáveis e Sustentáveis

Existem cinco Redes de Cidades, Municípios, Comunidades Saudáveis e Sustentáveis no Brasil, as quais atuam pelo movimento de municípios ou cidades saudáveis em municípios de pequeno, médio e grande porte (FRANCO NETO, et al. 2012).

1. Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis, criada em 2003, (RMPS) presente nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais e Amazônia. Essa Rede foi iniciada pela Universidade de Campinas /UNICAMP em São Paulo;
2. Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis (RPMS), iniciada em junho de 2007, pela UFPE/NUSP e CONDEPE/FIDEM.
3. Rede de Ambientes Saudáveis de Curitiba/PR - (RASC), de iniciativa da Pontifícia Universidade Católica/PR; iniciou-se em 2003.
4. Rede de Comunidades Saudáveis (RCS) do Rio de Janeiro, iniciativa da ONG Centro de Promoção da Saúde - CEDAPS; gerada em 2005.
5. Rede Brasileira de Habitação Saudável (RBHS), Fiocruz /Rede Amazônica de Habitação Saudável- RAHS, (PA), UNAMA. Criada em 2002.

Iniciativas:

1. Projeto “Ambientes Verdes e Saudáveis na Cidade de São Paulo – PAVS”, (SP), Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo e Universidade de São Paulo/CEPEDOC; criado em 2007.
2. Capela em Ação – São Paulo, Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo e USP/CEPEDOC; esteve ativo entre 2005 e 2006.
3. Projetos “Vigilância Ambiental na Biorregião do Araripe” e “Cariri Saudável”, (CE), Fundação Araripe;
4. Observatório de Saúde Urbana de Belo Horizonte – OSUBH (MG), criado em 2002, UFMG;
5. Projeto Viva a Vida, Ministério da Saúde do Brasil (MS);
6. Programa “Jogo de Cintura” (DF); ano de criação 2011.
7. Laboratório Territorial de Manguinhos/ Fiocruz (RJ);

8. Projeto: Desenvolvimento Sustentável e Promoção da Saúde: Implantação da Agenda Cidades Saudáveis integradas à Agenda 21 nas Comunidades Tradicionais e Áreas Protegidas do Mosaico da Bocaina Fiocruz (RJ);
9. Projeto "Itaboraí Saudável", Fiocruz (RJ); 2008;
10. Práticas e Saberes no Desenvolvimento Sustentável e na Promoção da Saúde em Terreiros de Candomblé do Município de São Francisco do Conde, (BA), Fiocruz; 2011;
11. Programa Metrôpoles Saudáveis (PMS) São Paulo, (SP), PROAM. 2004;

APÊNDICE D

Cursos e capacitações com as mulheres artesãs da cooperativa Arte Calango em Barra do Riachão – SJM

1. Curso de Formação de Promotores de Municípios Saudáveis – 2006 – PMSNB.
2. Capacitação em Cooperativismo e Associativismo – 2007 – NUSP/ PROEXT/ PMSNB.
3. Capacitação em Artesanato/Escultura/Modelagem em Barro – 2007 – SENAR.
4. Capacitação Artesanato/Biscuit – 2007 – SENAR.
5. Curso de Corte e Costura – 2007 – SENAR.
6. Capacitação em Organização do Empreendimento Cooperativo – 2007 – NUSP/PAPE/UFRPE/PROEXT/PMSNB.
7. Capacitação em estudo etnográfico sobre cultura e identidade local que deu origem ao nome da Cooperativa Arte Calango 2007-2008 – NUSP/PROEXT/ PMSNB.
8. Capacitação em Artesanato e Design – 2007- 2008 – NUSP/PROEXT/ PMSNB.
9. Capacitação em Formação de Preços – 2009 – Agência Condepe/Fidem.
10. Capacitação em Artesanato – embalagens, criatividade, modelagem e cores – 2012-2013 – NUSP/PROEXT/MEC/SESu.
11. Capacitação em Planejamento e Gestão de Cooperativas utilizando o Método Bambu-2012 – N USP/PROEXT/MEC/SESu.